

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2T2026



Mensagem da Administração

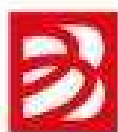
Caro leitor,

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, referente aos resultados do 2º trimestre de 2026 – 2T2026, elaborado em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, pelo Banco Central do Brasil – BCB e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Este documento contempla o panorama da nossa estratégia empresarial, posicionamento de mercado, projetos, principais iniciativas e resultados obtidos durante o período.

Nosso relatório está disponível em meio eletrônico no site ri.banpara.b.br, na seção de Central de Resultados, onde também podem ser acessados os documentos referentes às demonstrações financeiras, às notas explicativas, bem como parecer dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário.

Boa leitura!



Cenário Econômico

O cenário econômico internacional apresentou perspectivas menos otimistas no 2T2026 em relação ao crescimento do PIB global do ano. O Fundo Monetário Internacional (FMI), em seu último relatório *World Economic Outlook Update* (WEO)¹, publicado em julho de 2026, reviu a previsão de crescimento da economia mundial de 2026 para 3,00%, ante previsão de 3,10% do relatório anterior, de abril de 2026. De acordo com o FMI, essa desaceleração moderada reflete os efeitos da guerra no Oriente Médio na oferta de bens e serviços, sendo parcialmente compensados pela demanda no ciclo tecnológico global. A expectativa do FMI para crescimento do PIB mundial em 2027 é de 3,40%.

No cenário nacional, dados das Contas Nacionais, divulgados em maio de 2026 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o PIB da economia brasileira apresentou crescimento de 1,10% na passagem do 4T2025 para o 1T2026 (série com ajuste sazonal). Destaque para Agropecuária que apresentou crescimento de 2,00%, seguida de Indústria (1,00%) e Serviços (0,50%). Em relação ao 1T2025, o crescimento do PIB foi 1,80%.

A expectativa do Banco Central do Brasil, publicada no Relatório de Política Monetária de junho, para o crescimento do PIB em 2026 foi revista para 2,00%, ante 1,60% do relatório anterior, de março de 2026. De acordo com o BCB, esse aumento na projeção anual do PIB ocorreu devido ao resultado positivo no 1T2026 e da melhora nas expectativas para a agropecuária e indústria extrativa.

Em relação ao nível de preços, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação mensal de 0,16% no mês de junho, redução de 0,42 p.p em comparação com maio de 2026 (0,58%). De acordo com a Pesquisa Focus, realizada pelo BCB, a projeção do mercado para a inflação apresentou aumento na mediana das projeções para a variação do IPCA em 2026, passando de 5,09% em 29 de maio para 5,33% em 26 de junho. A estimativa para inflação em 2027 também apresentou elevação na mediana das projeções, passando de 4,02% para 4,17% no mesmo período.

No cenário regional, a expectativa da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) para o crescimento da economia do Pará em 2026 e 2027 apresentou estabilidade no 2T2026. A Fundação manteve, em junho de 2026, a projeção de crescimento nominal do PIB do Pará em 0,54% para 2026 e 0,97% para 2027, ante projeção anterior de abril de 2026. Contudo, o Índice de Atividade Econômica Regional do Pará (IBCR-PA) de abril de 2026 apresentou queda de 0,89% em relação a março de 2026 e variação de -0,36% em relação a abril de 2025, na série com ajuste sazonal.

No tocante à inflação, dados do IBGE referentes ao mês de junho mostram que o IPCA na Região Metropolitana de Belém apresentou variação de 3,93% no acumulado de 2026, com destaque para os grupos Saúde e cuidados pessoais (6,42%) e Alimentação e bebidas (6,20%). O índice apresentou variação de 4,29% no acumulado de 12 meses, sendo influenciado, principalmente, por Saúde e cuidados pessoais (8,11%) e Despesas pessoais (6,12%).

1 *World Economic Outlook* – relatório sobre perspectivas econômicas mundiais, divulgado pelo FMI.

Resultados Financeiros



Lucro Líquido
R\$ 56,51 Mi



**Patrimônio
Líquido**
R\$ 2,24 Bi



**Carteira de
Crédito**
R\$ 16,03 Bi



ROE
7,85%



ROA
0,88%



**Índice de
Eficiência**
72,85%

O Lucro Líquido do 2T2026 atingiu R\$ 56.518 mil, representando um aumento de 27,62% em relação ao 1T2026. O Banco tem impulsionado o seu resultado através da expansão dos seus negócios, registrando forte evolução em linhas estratégicas de receita.

O Banpará encerrou o 2T2026 com Ativo Total no montante de R\$ 21.444.615 mil, apresentando aumento de 9,92% e 9,89% quando comparado com o 1T2026 e o 2T2025, respectivamente, com destaque para o aumento das aplicações financeiras.

O Patrimônio Líquido no 2T2026 apresentou um montante de R\$ 2.244.272 mil, apresentando aumento de 0,90% em relação ao trimestre anterior e de 0,38% quando comparado com o mesmo período do ano anterior demonstrando estabilidade nos períodos comparativos, refletindo especialmente a incorporação dos resultados gerados.

O Banpará encerrou o 2T2026 com um Retorno sobre os Ativos (ROA) de 0,88%, evidenciando a conversão de seus ativos em rentabilidade anualizada. Em relação ao 1T2026, apresentou redução de 0,07 p.p. e quando comparado com o mesmo período do ano passado, apresentou redução de 0,70 p.p.

O índice de eficiência no 2T2026, foi de 72,85%, apresentando uma redução de 0,27 p.p. quando comparado com o 1T2026 (73,12%), demonstrando a recuperação do indicador e um aumento de 1,39 p.p. quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

As despesas com pessoal se mantiveram estáveis em relação ao trimestre anterior, já em relação ao mesmo período de 2025 houve um aumento de 7,48%. Essa evolução reflete a execução de estratégia institucional focada na valorização da carreira funcional e na expansão planejada do quantitativo de funcionários.

As despesas administrativas totalizaram R\$ 167.402 mil no 2T2026, representando aumento de 3,36% e 8,09% em relação ao trimestre anterior e 2T2025, respectivamente. Esse aumento está relacionado ao tamanho da instituição e às estratégias de aprimoramento de desempenho, com destaque para as despesas com Sistema de Processamento de Dados, Serviços de Terceiros, Depreciação e Amortização.



Captações

(em R\$ mil)	2T2026	1T2026	V3M	2T2025	V12M
Depósitos à Vista	1.295.438	1.161.784	11,50%	1.083.408	19,57%
Depósitos de Poupança	2.209.223	2.103.796	5,01%	1.994.573	10,76%
Depósitos a Prazo	11.623.025	10.201.342	13,94%	10.346.091	12,34%
Deposito Interfinanceiro - DI	308.185	143.699	114,47%	419.991	-26,62%
Obrigações por Op. Compromissadas	-	-	-	732.358	-
Letras Financeiras - LF	1.834.768	1.768.500	3,75%	1.154.604	58,91%
Letra Financeira Subordinada	230.935	222.443	3,82%	-	-
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	656.421	606.053	8,31%	527.874	24,36%
TOTAL	18.157.995	16.207.617	12,03%	16.258.899	11,68%

A estrutura de *funding* do Banpará permaneceu sólida e diversificada no 2T2026, totalizando R\$ 18,1 bilhões, crescimento de 11,68% em relação ao mesmo período do ano anterior. O desempenho foi impulsionado principalmente pela evolução dos depósitos, das Letras Financeiras e das LCIs, reforçando a diversificação das fontes de captação e o alongamento do perfil dos passivos, em linha com a estratégia de fortalecimento da estrutura de liquidez do Banco.

Como principal destaque do período, evidenciam-se as operações realizadas de Incentivo comercial dos produtos de LCI: Houve uma forte atuação da força de vendas para a expansão das captações em Letra de Crédito Imobiliário (LCI). Essa estratégia fez a LCI atingir uma taxa de crescimento trimestral de 8,31% frente ao 1T2026 e 24,36% ante o 2T2025, atingindo R\$ 656,4 milhões.

Campanhas de incentivo a Poupança: A campanha "Poupança Premiada" foi a estratégia central para atrair e reter recursos, sendo determinante para a evolução positiva da poupança, que saltou de R\$ 1,99 bilhão no 2T2025 para R\$ 2,21 bilhões no 2T2026.

Gestão comercial de Depósitos a Prazo: A manutenção de um sólido desempenho comercial garantiu um crescimento consistente na carteira de depósitos a prazo (+13,94% frente ao 1T2026).

Esta composição prioriza instrumentos de *funding* estáveis, reduzindo a volatilidade operacional e mitigando riscos de liquidez imediata. O desempenho do período reflete o reposicionamento tático para captações de maior prazo médio, impulsionado pelas expansões sequenciais de Depósitos a Prazo (+13,94%) e LCI (+ 8,31%). Quanto à diversificação de fontes, não houve introdução de novos instrumentos de captação no trimestre.



Composição das Captações - 2T2026



Gestão de Capital

Descrição (em R\$ mil)	2T2026	1T2026	V3M	2T2025	V12M
Patrimônio de Referência – PR	2.250.589	2.217.781	1,48%	2.045.983	10,00%
PR Nível I	2.019.654	1.995.337	1,22%	2.045.983	-1,29%
PR Nível II	230.935	222.444	-3,68%	-	-
Índice de Basileia - IB (%)	16,74%	16,82%	-0,08p.p.	13,89%	2,85 p.p.
Ativo Ponderado Pelo Risco – RWA	13.442.562	13.184.176	1,96%	14.725.372	-8,71%

Em 30 de junho de 2026, o Patrimônio de Referência (PR) encerrou o 2T2026 com R\$ 2.250.589 mil, registrando um aumento de 1,48% em relação ao 1T2026, em virtude do aumento nos saldos das contas de Perdas de Ajustes de Avaliação Patrimonial e de Ajustes Prudenciais (Ativos Intangíveis), e um crescimento de 10% ante o 2T2025, impulsionado pelo resultado líquido do período e a emissão das letras financeiras subordinadas de nível II – LSFN, fortalecendo a estrutura de capital da Instituição.

O montante do Ativo Ponderado pelo Risco (RWA) totalizou R\$ 13.442.562 mil, apresentando aumento de 1,96% e redução de 8,71% em comparação ao 1T2026 e ao 2T2025, respectivamente. Essa variação no RWA total decorreu, principalmente, da revisão na apuração da parcela de risco operacional - RWAOPAD.

O Índice de Basileia (IB) registrado foi de 16,74%, valor superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador (BCB), com redução de 0,08 p.p. ante o 1T2026 e aumento 2,85 p.p. em comparação ao 2T2025.



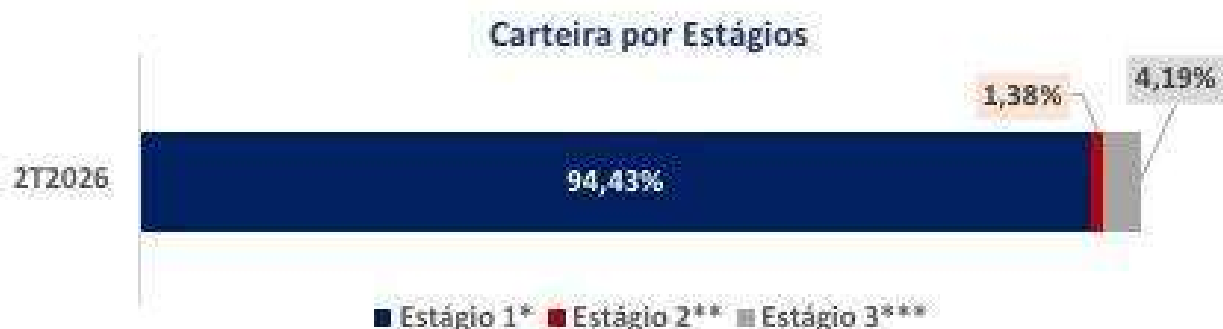
Qualidade da Carteira de Crédito



* Valor retificado em razão de ajustes pontuais identificados no processo de consolidação das informações.

A carteira de crédito do Banpará manteve predominância de operações classificadas no Primeiro Estágio, conforme a Resolução CMN nº 4.966/2021. O Estágio 2 apresentou redução em relação ao trimestre anterior, enquanto o Estágio 3 registrou elevação no período.

A Provisão para Perdas Esperadas totalizou R\$ 594.596 milhões, correspondente a 3,71% da carteira de crédito, refletindo a política prudencial de constituição de provisões adotada pelo Banco. O índice de inadimplência encerrou o trimestre em 3,61%.



*Estágio 1 - Ativo sem problema de recuperação **Estágio 2 - Aumento significativo do risco de crédito ***Estágio 3 - Ativo problemático



Carteira de Crédito

Saldo (em R\$ mil)	2T2026	1T2026	V3M	2T2025	V12M
Pessoa Física	15.020.082	14.797.633	1,50%	14.501.343	3,58%
Consignados	11.445.770	11.259.546	1,65%	11.090.276	3,21%
Banparacard	1.155.283	1.189.510	-2,88%	1.239.264	-6,78
Cheque Especial	10.620	13.220	-19,67%	7.144	48,66%
Cartão de Crédito	232.634	238.706	-2,54%	193.402	20,29%
Sazonais	140.764	94.156	49,50%	159.198	-11,58%
Imobiliário	1.313.918	1.285.311	2,23%	1.162.489	13,03%
Rural	86.844	91.721	-5,32%	-	-
Financiamento	83.133	82.866	0,32%	-	-
Outros	551.115	542.597	1,57%	649.570	-15,16%*
Pessoa Jurídica	1.019.281	940.395	8,39%	828.918	22,97%
Cheque Empresarial	3.043	2.993	1,67%	3.113	-2,25%
Capital de giro	490.859	449.363	9,23%	400.701	22,50%
Imobiliário	208.626	206.443	1,06%	196.595	6,12%
Financiamento	163.565	168.764	-3,08%	-	-
Câmbio	115.997	80.839	43,49%	-	-
Rural	20.945	20.181	3,79%	-	-
Outros	16.247	11.812	37,55%	228.509	-92,89%*
Total	16.039.363	15.738.028	1,91%	15.330.261	4,63%

* Houve abertura de segmentos no período de um ano, diminuindo a concentração de saldo em "Outros", o que justifica a redução significativa no valor apresentado.

PESSOA FÍSICA

O produto crédito consignado alcançou no 2T2026 saldo de R\$ 11,44 bilhões, com aumento de 1,65% comparado ao 1T2026, com receita acumulada de R\$ 545,7 milhões no período, apresentando crescimento de 3,79% quando comparada ao trimestre anterior.

O produto Banparacard apresentou um resultado de R\$ 1,15 bilhão no 2T2026, com receita da carteira gerando o incremento de R\$ 3,35 milhões no comparativo anual. O destaque foi o crescimento nas linhas Temporário Municipal, com 85,75% de incremento.

Com relação aos outros produtos da carteira PF, destaca-se, no 2T2026, a campanha sazonal Banpara Vai à Praia, com receita acumulada de R\$ 14,61 milhões.

CRÉDITO IMOBILIÁRIO

R\$ 1,52 bilhão

Saldo acumulado no 2T2026, oriundo das linhas PF e PJ.

0,38%

Índice de Inadimplência no 2T2026.

71,52%

Dos contratos alcançaram os servidores públicos.



No 2T2026, o Crédito Imobiliário alcançou um saldo acumulado de R\$ 1,52 bilhão e Receita Total de R\$ 82,07 milhões, representando um crescimento de 12% e 20%, respectivamente, quando comparado ao ano anterior. Ao comparar com o último trimestre, houve um incremento de 106% na receita acumulada. Cabe ressaltar ainda que, no trimestre atual, o volume contratado em crédito imobiliário foi de R\$ 30,78 milhões.



CRÉDITO DE FOMENTO

O Banco adota critérios sociais e ambientais na concessão de crédito de forma sistemática, em conformidade com as diretrizes socioambientais estabelecidas nos normativos internos e na regulamentação vigente. As linhas de crédito ofertadas pelo Banco são:

FUNGETUR: voltada para o setor do Turismo cadastradas no Cadastur, e opera com recursos do Ministério do Turismo – MTUR;

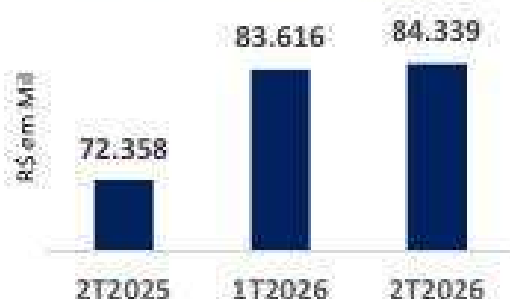
BNDES: destinada ao financiamento de projetos de investimentos e aquisição de bens, atendendo pessoas físicas e jurídicas na modalidade de apoio indireto;

Crédito Rural: destinadas ao atendimento das necessidades de agricultores e produtores rurais de grande, médio e pequeno porte, incluindo agricultores familiares enquadrados no PRONAF.

ENERGIA SOLAR

No 2T2026, o Banpará teve como destaque o produto de energia renovável para clientes PF e PJ com a efetivação de 209 operações de financiamento o que representa um aumento de aproximadamente 14% em relação ao número de contratações do 1T2026, e de 7% em comparação ao 2T2025; assim como, o alcance do saldo acumulado de R\$ 84.339.254,37, com base no fechamento contábil do mês de junho/2026. Para os clientes PJ houve um aumento do saldo em relação ao 1T2026 de 44,50%, e de 311,45% em relação ao segundo trimestre do ano anterior, mostrando o potencial do produto para a carteira.

Crescimento do Saldo: Energia Solar - 2T2026





Rede de Atendimento



144 Municípios



164 Agências



35 Postos de Atendimento



35 PAE's

Para o 2T2026, o Banpará consolidou iniciativas estratégicas voltadas ao fortalecimento da experiência de atendimento, de forma a maximizar as oportunidades de negócios por meio de modelos preditivos, ampliando a oferta de produtos e serviços aos clientes. A iniciativa contempla estratégias de *upsell*, voltadas à evolução das condições e soluções já contratadas (como prazo, taxas, renegociações e condições de pagamento), e de *cross-sell*, destinadas à ampliação do relacionamento comercial mediante a contratação de novos produtos e serviços.

Considerando que, o Estado do Pará é o segundo maior Estado Brasileiro em termos de dimensões territoriais e o Banpará é a única instituição financeira presente em todos os municípios paraenses, essa capilaridade potencializa a bancarização e fomenta o desenvolvimento econômico, social e financeiro do Pará, gerando renda e apoiando iniciativas produtivas por meio de suas linhas de crédito e serviços, afetando diretamente na experiência de seus clientes, e melhorando o índice de desenvolvimento.

Canais Banpará

No 2T2026, o Banpará expandiu as opções de renegociação de crédito e portabilidade, por meio da Central Banpará. Esse canal também passou a renegociar dívidas do cartão de crédito a partir de 100 dias de atraso.

Os Canais Eletrônicos do Banpará alcançaram, ao final 2T2026, o volume financeiro transacionado de R\$ 12,84 bilhões, apresentando um crescimento de 9,54%, quando comparado com o mesmo período no ano anterior.



Descrição (em R\$ mil)	2T2026	1T2026	V3M	2T2025	V12M
Mobile Banking (PF, PJ)	6.243.608	5.597.381	13,08%	5.722.170	35,18%
Internet Bank (PF, PJ, IBG, IBP)	4.912.767	4.344.159	11,55%	3.634.240	9,11%
Caixa eletrônico Próprio	1.297.948	1.129.261	14,93%	1.316.973	-1,44%
Rede de Saque e Pague	277.666	548.868	-49,41%	689.501	-59,72%
Rede Banco 24 horas	110.360	104.203	5,9%	132.622	-16,78%
Central Banpará	3.278	2.674	22,58%	14.350	-77,15%
Total	12.845.627	11.726.546	9,54%	11.509.856	11,60%



No 2T2026, em relação ao 1T2026, os Canais do Banpará apresentaram um aumento tanto na quantidade de transações quanto no volume financeiro movimentado, mantendo a tendência de migração dos clientes para o atendimento digital:



Ressalta-se o destaque em performance dos Canais permanece sendo o aplicativo Banpará Mobile, que é o meio transacional preferido pelos clientes, correspondendo a quase metade do volume financeiro transacionado nos canais no segundo trimestre, na dizima de R\$6,2bi, e apresentando curva ascendente no seu desempenho, com aumento de 9,11% se comparado ao mesmo período do ano anterior, e de 11,54% se comparado ao primeiro trimestre deste ano.

Em grau de representatividade, logo após o APP Banpará, o Internet Banking é o segundo canal com maior volume transacional, com montante de R\$ 4,9bi movimentado no canal, equivalente a 38,24% do total. Se comparado ao mesmo período do ano anterior, o seu desempenho teve uma progressão ainda mais acentuada, expandindo 35,18%, tendo também variação positiva de 13,08% em relação ao 1T2026.

Parcerias

SEGUROS

No 2T2026, o desempenho da carteira de seguros apresentou evolução em relação ao 1T2026. O faturamento alcançou R\$ 16.389.760,00, representando crescimento de 8,99%, enquanto a comissão bruta totalizou R\$ 5.798.913,00, registrando aumento de 10,02%. Na comparação com o mesmo período de 2025, também foi observado crescimento, de 2,23% no faturamento e de 2,70% na comissão bruta, demonstrando a manutenção do desempenho positivo da carteira.

O principal destaque permaneceu sendo o Seguro Prestamista Consignado, exercendo papel fundamental na geração de faturamento e de receitas para o Banco. Seu desempenho reforça a relevância desse produto na estratégia comercial da carteira e sua contribuição para os resultados alcançados no período.



CONSÓRCIOS

A carteira de consórcios apresentou desempenho bastante expressivo no 2T2026. O volume financeiro das cartas de crédito comercializadas alcançou R\$ 46.772.384,00, representando crescimento de 162,44% em relação ao 1T2026 e de 98,98% em comparação ao 2T2025. Esse desempenho refletiu diretamente na geração de receitas, com a comissão bruta totalizando R\$ 1.777.351,00, também registrando crescimento de 162,44% na comparação trimestral e de 98,98% em relação ao mesmo período do ano anterior.

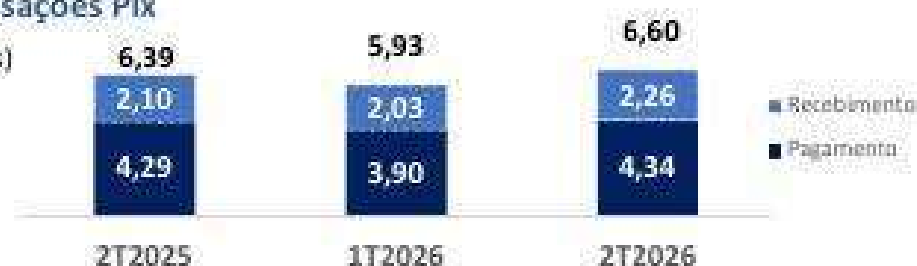
Meios de Pagamento

PIX

No 2T2026, o PIX foi responsável por transacionar o volume financeiro de R\$ 6,6 bilhões, representando um aumento de 11,38% em relação ao 1T2026 e aumento de 3,25% em relação ao 4T2025. O valor de transações de recebimento cresceu 7,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Esse fator é positivo, dado o maior volume financeiro disponível na instituição e a tendência de maior utilização dos produtos e serviços do Banpará.

Valor de transações Pix

(em R\$ bilhões)



CARTÕES

Em relação a carteira de cartões, a margem de contribuição no 2T2026 foi de R\$ 28,53 milhões, o que corresponde a um crescimento de 30,07% em relação ao 2T2025 e um recuo de 4,96% quando comparado ao 1T2026. A receita do produto fechou o 2T2026 em R\$ 20,15 milhões, representando crescimento de 43,73% em relação ao 2T2025 e um decréscimo de 6,12% frente ao 1T2026.

Margem de Contribuição - Cartões (R\$ milhões)



Receita Comercial - Cartão de Crédito (R\$ milhões)



Serviços

PACOTES DE SERVIÇOS – PF E PJ

No 2T2026, a receita com Pacotes de Serviços apresentou um crescimento de 1,25%, quando comparado com o 1T2026, totalizando R\$ 39,56 milhões. No comparativo com os últimos 12 meses, houve um crescimento de 12,55% (R\$ 35,15 milhões).



PORTABILIDADE SALARIAL - INGRESSO

No comparativo entre o 2T2025 e o 2T2026, verificou-se variação positiva de 40,1% no número de portabilidades salariais de ingresso ao Banpará, totalizando 8.387 CPFs. Esse fluxo gerou um incremento financeiro anual de 42,8%, elevando o volume de captação de R\$ 19,17 milhões para R\$ 27,38 milhões. Frente ao trimestre anterior (1T2026), o crescimento foi de 9,8% em CPFs e de 14,6% em volume financeiro, demonstrando o aumento no ticket médio por cliente.



CONTA CORRENTE – PF E PJ

A evolução da quantidade de contas correntes ativas apresentou crescimento anual de 4,9% em relação ao 2T2025 (375.081), consolidando 393.350 contas com movimentações nos últimos seis meses. Deste total, a portabilidade de ingresso representou um incremento de cerca de 13%. Na comparação com o 1T2026, registrou-se um aumento líquido de 9.056 contas (+2,4%), mantendo a trajetória consistente de expansão da carteira ativa e ampliando as oportunidades para a comercialização cruzada de produtos.

Estratégia Corporativa

O Banpará adota um modelo de planejamento estratégico de longo prazo, estruturado em ciclos quinquenais, com revisões anuais, o que permite o contínuo aprimoramento da estratégia institucional frente às dinâmicas do ambiente interno e externo. No atual Planejamento Estratégico, o Banco definiu um direcionamento pautado por pilares de sustentabilidade, expansão digital e promoção da diversidade nas lideranças, em consonância com as melhores práticas de governança e responsabilidade socioambiental.

Assim, no âmbito do ciclo estratégico quinquenal em vigor, 2026–2030, ressalta-se o



comprometimento institucional direcionado ao efetivo monitoramento das ações estratégicas, das quais 82,61% estão em andamento, 4,35% alcançaram conclusão, 8,69% a iniciar e 4,35% canceladas. De maneira articulada, procedeu-se ao monitoramento dos indicadores estratégicos, cujo conjunto tem por finalidade evidenciar, de forma objetiva, o grau de aderência e o nível de avanço em direção aos objetivos institucionais pactuados.

ASG

- Análise e monitoramento contínuo dos riscos sociais, ambientais e climáticos (SAC), de imagem e reputação; acompanhamento sistemático de indicadores para subsidiar a gestão de riscos, fortalecer a tomada de decisão e reduzir a exposição a eventos com potencial impacto reputacional.
- Avaliação de riscos sociais, ambientais e climáticos em patrocínios: identificação prévia de potenciais riscos associados às iniciativas apoiadas, contribuindo para o fortalecimento dos controles internos e das práticas de governança corporativa.
- No 2T2026 o Banpará passou a utilizar a ferramenta do *GHG Protocol* que possibilita o cálculo das emissões dos Gases de Efeito Estufa - GEE do Banco.



- Adesão ao Pacto Interinstitucional Pró-Equidade Racial no Estado do Pará, iniciativa coordenada pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), acompanhando e fortalecendo ações voltadas à promoção da diversidade, da equidade, da inclusão e do letramento racial.



- Manutenção da adesão à Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP FI), consolidando o Banpará como o primeiro Banco estadual da Amazônia a integrar o grupo de instituições signatárias dos Princípios para a Responsabilidade Bancária (PRB – *Principles for Responsible Banking*).
- Reforçando esse compromisso com as finanças sustentáveis, o Banco integra a Iniciativa de Inovação Financeira para a Amazônia, Cerrado e Chaco (IFACC – *Innovative Finance for the Amazon, Cerrado and Chaco*), reafirmando seu alinhamento às melhores práticas internacionais de sustentabilidade e ao desenvolvimento de soluções financeiras voltadas à conservação dos biomas estratégicos e à promoção de uma economia de baixo carbono.

- A elaboração de Política de Equidade entre Homens e Mulheres, conforme Lei nº 15.177/2025, é outra iniciativa que está em trâmite para divulgação, a fim de aprimorar a estrutura de governança.
- Como instrumento de fortalecimento da governança, o Banpará mantém o Plano de Comunicação de Riscos e Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, que estabelece diretrizes para a comunicação interna e externa das questões ASG (Ambientais, Sociais e de Governança). O plano tem como objetivo disseminar conhecimento, promover o engajamento dos públicos de interesse e fortalecer a cultura organizacional, em consonância com os princípios, diretrizes e objetivos estabelecidos na PRSAC.



Governança Corporativa

A Governança Corporativa do Banpará adota uma estrutura composta por instâncias de deliberação, supervisão, assessoramento e gestão, fundamentada nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas, responsabilidade corporativa e sustentabilidade. As principais atribuições da Governança englobam a formulação e o acompanhamento da estratégia institucional, a gestão integrada de riscos e controles internos, a promoção da ética e da integridade em todos os níveis e a garantia de um relacionamento pautado na clareza e no diálogo com todos os públicos de interesse.

Essa estrutura contribui para assegurar a transparência das decisões e das operações, por meio da adoção de políticas claras, da divulgação de informações relevantes e da utilização de mecanismos eficazes de controle e prestação de contas. O alinhamento com as melhores práticas de governança é promovido pela constante revisão e atualização dos processos e políticas, em conformidade com a legislação e a regulamentação aplicáveis, bem como com as expectativas das partes interessadas.

A estrutura organizacional do Banpará é composta por: um Conselho de Administração, eleito e destituível pela Assembleia Geral dos Acionistas, uma Diretoria Colegiada, eleita e destituível pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, a Companhia conta com quatro Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração: Comitê de Auditoria, Comitê de Riscos, Comitê de Elegibilidade e Comitê de Remuneração.

Informações adicionais sobre Governança Corporativa estão disponíveis no site de Relações com Investidores do Banpará (ri.banpara.b.br – Seção Governança Corporativa).

Relação com Investidores



A área de Relações com Investidores (RI) do Banpará é responsável pela divulgação transparente, tempestiva e consistente de informações, em conformidade com a legislação vigente e com as boas práticas de governança corporativa. Sua atuação fortalece o relacionamento com investidores, acionistas e com o mercado em geral, contribuindo para a credibilidade institucional, para a confiança dos *stakeholders* e para a sustentabilidade do Banco.

Como parte desse compromisso, o Banco mantém um site dedicado ao relacionamento com investidores e com o mercado, disponível em: <https://ri.banpara.b.br/>



Composição Acionária

O Capital Social do Banpará, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal, todas domiciliadas no país e com direito ao voto, representadas pelo código BPAR3.

ACIONISTAS	QTDE.	%
Governo do Estado do Pará	9.519.433	99,9767%
Administradores	10	0,0002%
Demais Acionistas	2.206	0,0231%
TOTAL	9.521.649	100%

- Espécie e Classe da Ação: DN
- Ações em não circulação: 9.519.443
- Ações em circulação: 2.206
- % de Ações em circulação: 0,0231%

Controles Internos e Compliance

No 2T2026, o Banco deu continuidade ao fortalecimento da governança da Função Conformidade, promovendo a atualização e revisão de normativos internos e o aprimoramento de processos voltados ao monitoramento regulatório, à avaliação de riscos de conformidade e à verificação da aderência às exigências legais e normativas aplicáveis.

Foi implementada a adequação do processo de atualização cadastral, passando a considerar o nível de risco de LD/FT atribuído ao cliente, em conformidade com a Circular nº 3.978/2020 do Banco Central do Brasil, reforçando a aplicação da abordagem baseada em risco.

Adicionalmente, foram aperfeiçoadas as práticas de gestão de riscos e controles internos, mediante a formatação de sumário executivo para apresentação dos resultados do mapeamento de controles e do risco residual, bem como a aplicação de nova metodologia de priorização para seleção de processos submetidos às atividades de mapeamento e testes de controles, baseada em score próprio, possibilitando maior foco na avaliação dos processos de maior relevância e criticidade.

Recursos Humanos



2.574
Funcionários

O Banpará encerrou o 2T2026 com 2.574 funcionários. Durante o período, as ações relacionadas à atração, desenvolvimento de carreira, sucessão e retenção de talentos mantiveram-se alinhadas às diretrizes institucionais vigentes, com foco na consolidação e continuidade das práticas já estabelecidas.



No 2T2026, a estratégia de Educação Corporativa permaneceu direcionada ao desenvolvimento contínuo dos empregados e ao alinhamento das ações educacionais às metas e às prioridades institucionais.



DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO

Empregados por Gênero



Declaração de Raça ou Cor



Faixa Etária

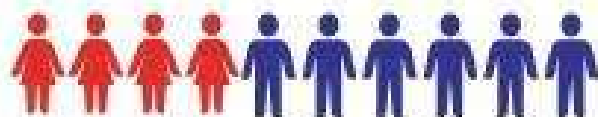
72,77%

Com idade entre 30 e 50 anos

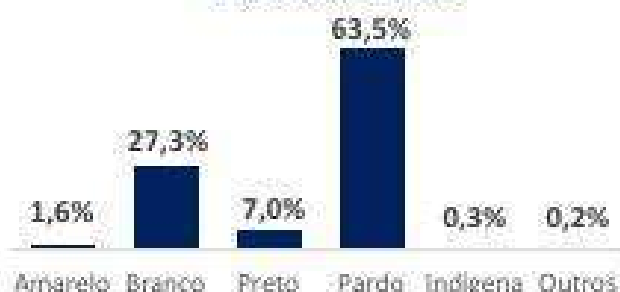


DIVERSIDADE NOS CARGOS DE LIDERANÇA:

42% dos cargos de liderança são ocupados por mulheres.



Líderes por Raça



Demonstração da quantidade de mulheres que ocupam cargos na Administração do Banpará:

	2T2026	
	Quantidade de Mulheres	
Total Banpará	5	38,46%
Conselho de Administração	3	42,86%
Diretoria	2	33,33%



A remuneração dos empregados é calculada com base no cargo, tempo de serviço e função desempenhada dentro da instituição, não havendo qualquer diferenciação de remuneração entre homens e mulheres.

✓ EDUCAÇÃO CORPORATIVA:

A Universidade Corporativa do Banpará – UniBanp tem como finalidade promover o desenvolvimento contínuo dos colaboradores, alinhando as ações educacionais às estratégias e metas institucionais. Entre as iniciativas adotadas pela área de Recursos Humanos foi a disponibilização, em sua plataforma educacional, dos programas Preparação para Aposentadoria (PPA) e PROTAGONIZE, voltados ao desenvolvimento pessoal e profissional dos empregados.

✓ SAÚDE DO TRABALHO:

Entre as principais iniciativas do período, destacam-se a campanha Abril Azul – Conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista, com a realização das palestras "Autismo: da Compreensão do Neurodesenvolvimento à Transformação das Práticas e Relações Sociais" e "Autismo na Vida Adulta: Desafios Sensoriais e Inclusão no Ambiente Corporativo"; a Campanha de Multivacinação 2026, realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (SESMA); e o Junho Vermelho, em parceria com o Hemopa.

✓ ACORDO COLETIVO

As ações previstas no Acordo Coletivo de Trabalho de 2024 permaneceram em implementação ao longo do 2T2026, em continuidade ao cronograma de execução das medidas pactuadas, fortalecendo a política de benefícios e promovendo melhorias nas condições de trabalho dos empregados do Banpará.

Marketing

Desde o 1T2026, o Banpará vem aprimorando continuamente suas estratégias de marketing e comunicação, com ênfase no ambiente digital, buscando adequar os formatos de comunicação às tendências do mercado, fortalecer sua presença institucional e preservar, de forma consistente, sua identidade visual. Alinhado às mudanças no comportamento dos clientes e às transformações do cenário econômico e tecnológico, o Banco direcionou seus esforços para uma comunicação cada vez mais estratégica, acessível e orientada às necessidades do público.

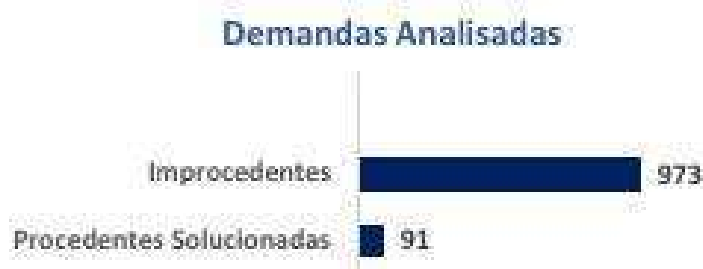




No 2T2026, o Banpará direcionou suas campanhas publicitárias para a divulgação de produtos de crédito disponíveis no seu portfólio, para Pessoas Físicas e Jurídicas. No âmbito social, mantiveram-se vigentes doações para as instituições voltadas à assistência e ao acolhimento. No que tange aos patrocínios, o Banpará destinou recursos à projetos nas áreas de cultura, fomento e esporte, corroborando seu compromisso institucional com o desenvolvimento social e o estímulo à economia do estado.

Ouvidoria

No 2T2026, foram analisadas 1.064 demandas, sendo:



Em comparação com o 1T2026 (856), houve um acréscimo de 208 manifestações, representando incremento de 24,30%. Na comparação com o 2T2025, que contabilizou 654 demandas, o aumento foi de 410 manifestações, equivalente a 62,7%. Apesar do aumento no volume de demandas, o Banpará manteve a conformidade dos prazos de resposta, atuando com resolutividade, aprimoramento institucional e fortalecendo as relações do Banco com clientes, usuários e órgãos reguladores.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna integra a estrutura de governança corporativa do Banco como função independente e objetiva de asseguuração e assessoramento, voltada à agregação de valor e ao aperfeiçoamento da governança, do gerenciamento de riscos e do ambiente de controles.

Na condição de terceira linha, presta avaliações independentes à Alta Administração, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração acerca da efetividade da governança, do gerenciamento de riscos, dos mecanismos de controle e do desempenho das primeira e segunda linhas. Essas verificações subsidiam decisões estratégicas, reforçam a supervisão exercida





pelos órgãos estatutários e impulsionam o aperfeiçoamento contínuo da gestão e dos processos corporativos.

Em comparação ao 1T2026, o 2T2026 evidenciou ampliação do escopo e da intensidade dos trabalhos desenvolvidos. Permaneceram como foco as avaliações baseadas em riscos, às quais se somaram atividades investigativas, o monitoramento trimestral (follow-up) das recomendações emitidas, com reporte sistemático à Alta Administração e aos órgãos estatutários, além do fortalecimento dos exames relacionados à tecnologia da informação, à segurança cibernética, às unidades operacionais e aos processos críticos de negócio, em conformidade com o Plano Anual de Auditoria Interna.

Auditoria Independente

A Auditoria Independente tem a atribuição de emitir opinião se as demonstrações financeiras elaboradas pela administração representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco, observadas as regulações aplicáveis. Os serviços de auditoria independente são essenciais para a proteção dos usuários das demonstrações financeiras e contribui para o funcionamento do mercado de valores mobiliários à medida que colabora para o fortalecimento da confiança nas relações entre as entidades auditadas e os usuários das demonstrações. No Banpará, esse serviço é prestado pela empresa FORVIS MAZARS AUDITORES INDEPENDENTES.

Agradecimentos

As realizações alcançadas no 2T2026 são frutos da dedicação e esforço dos nossos empregados e colaboradores, aos quais dirigimos nosso reconhecimento e agradecimento. Ao Governo do Estado do Pará agradecemos pelo apoio recebido e aos demais acionistas, clientes e fornecedores, pela confiança em nós depositada.

Diretora-Presidente

Ruth Pimentel Mélio

Diretor de Controle, Risco e Relações com Investidores

Thiago Jayme Sousa

Diretores

Ana Catarina Tavares Sicsu

Elias Thiago Gonçalves Lima

Eugênio Luis de Sousa Pessoa

Igor Barbosa Gonçalves

Chefe do Núcleo de Relações com Investidores

Paula Alcantara Bastos Martins



BPAR

B3 LISTED

Demonstrações Financeiras Junho 2026

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.

CNPJ/MF Nº 04.913.711/0001-08

NIRE 15300000114



Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL
RELATIVO A 30 DE JUNHO DE 2026 E A 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	30.06.2026	31.12.2025
Disponibilidades	3	279.501	210.737
Ao custo amortizado		20.392.991	18.469.585
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4	2.162.704	415.185
Títulos e Valores Mobiliários	5	1.403.788	1.609.906
Relações Interfinanceiras	6	753.781	1.005.759
Operações de Crédito	7	15.795.280	15.344.887
(-) Provisão para Perda Esperada	7	(683.061)	(591.530)
Outros Créditos	8	883.221	692.575
(-) Provisão para Perda Esperada	8	(22.731)	(6.977)
Ao valor justo por meio de outros Resultados Abrangentes		16.781	89.015
Títulos e Valores Mobiliários	5	16.781	89.015
Ao valor justo por meio do Resultado		152	152
Contratos de Câmbio	5	152	152
Outros ativos		19.320	13.959
Ativos Fiscais Diferidos	22	387.376	391.840
Investimentos		28	28
Imobilizado de Uso	9	324.024	324.441
Intangível	9	325.333	275.898
Depreciações e Amortizações	9	(300.892)	(267.275)
(Depreciações Acumuladas)		(200.177)	(193.622)
(Amortizações Acumuladas)		(100.715)	(73.653)
Total do Ativo		21.444.614	19.508.380

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL
RELATIVO A 30 DE JUNHO DE 2026 E A 31 DE DEZEMBRO DE 2025
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO	NOTA	30.06.2026	31.12.2025
Ativo amostrizado		18.586.285	16.739.274
Depósitos à vista	10	1.295.439	980.092
Depósitos a prazo	10	11.623.025	10.000.689
Depósitos interfinanceiro	10	300.185	138.958
Depósitos poupança	10	2.209.223	2.145.141
Captação no mercado aberto	10	-	420.727
Relações interfinanceiras	11	142.013	139.049
Emissão de títulos	12	2.722.125	2.804.323
Obrigações por empréstimos e repasses	13	296.275	310.295
Operações de Câmbio		38	38
Contratos de câmbio		38	38
Provisões	14	236.007	222.270
Provisão para pagamentos a efetuar	14	177.029	162.126
Provisão para contingências	14 e 16	58.977	60.144
Obrigações fiscais		12.047	24.038
Corrente		767	13.826
Diferido	22	11.280	10.212
Outras obrigações	15	355.966	280.096
Patrimônio líquido	17	2.244.271	2.242.664
Capital social		1.881.601	1.881.601
Reserva de lucro		352.045	380.667
Outros resultados abrangentes		(90.179)	(19.604)
Lucros acumulados		100.805	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		21.444.614	19.508.380

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração de Resultado



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
RELATIVO AO 2º TRIMESTRE E ACUMULADO ATÉ JUNHO DE 2026 E 2025
(Em milhares de Reais)

	NOTA	2º Tri 2026	01.01 até 30.06.2026	2º tri 2025	01.01 até 30.06.2025
Receita da intermediação financeira		1.006.667	1.977.755	930.344	1.792.715
Operações de crédito	7.4	904.513	1.776.175	835.647	1.627.147
Res.aplicações interf. e operações com TVM	4 e 5	85.275	169.517	80.383	138.361
Resultado das aplicações compulsórias		16.879	32.063	14.314	27.207
Despesas da intermediação financeira		(547.193)	(1.061.788)	(498.359)	(970.789)
Operações de captação no mercado	10.8	(384.871)	(766.693)	(378.338)	(706.433)
Operações de empréstimo/repassas		(7.176)	(12.252)	(9.216)	(14.911)
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	7.2	(155.144)	(282.843)	(110.805)	(249.445)
Resultado bruto da Intermediação Financeira		459.474	915.967	431.985	821.926
Resultado de Operações de Câmbio		5.233	6.694	(9.840)	(6.064)
Outras receitas (despesas) operacionais		(354.393)	(713.651)	(325.424)	(649.230)
Receitas de prestação de serviços	23.3	66.247	128.544	58.152	111.593
Despesas de pessoal	23.5	(217.067)	(437.146)	(201.867)	(410.026)
Outras despesas administrativas	23.6	(167.403)	(329.362)	(154.880)	(304.140)
Despesas tributárias	23.7	(37.292)	(72.634)	(31.666)	(62.783)
Outras receitas operacionais	23.1	7.691	15.310	16.702	36.950
Outras despesas operacionais	23.1	(6.569)	(18.361)	(11.876)	(20.224)
Reversões/(Despesas) de Prov. com Ações Judiciais	23.1	(1.409)	1.167	4.115	304
Resultado operacional		108.905	210.177	100.636	166.936
Outras receitas e despesas	23.2	4.388	2.807	(1.325)	(1.417)
Resultado antes dos tributos e participações		113.303	212.984	99.311	165.519
Imposto de renda e contribuição social		(42.613)	(85.669)	(17.725)	(17.861)
Corrente	22	(41.379)	(77.603)	(86.046)	(126.562)
Diferido		(634)	(8.066)	47.321	110.701
Participações no lucro		(14.772)	(26.510)	(14.147)	(22.028)
Empregados – Lei nº 10.101, de 19.12.2000.		(14.147)	(23.709)	(14.173)	(21.782)
Administradores – Lei nº 5.404, de 15.12.1976.		(625)	(2.801)	26	(246)
Resultado líquido		56.518	100.805	67.639	125.630
Resultado líquido básico por ação (R\$)		5,8357	10,5869	7,1637	13,1941

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
RELATIVO AO 2º TRIMESTRE E ACUMULADO ATÉ JUNHO DE 2026 E 2025
(Em milhares de Reais)

	2º Tri 2026	01.01 até 30.06.2026	2º tri 2025	01.01 até 30.06.2025
Resultado líquido no período	56.518	100.805	67.639	125.630
Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Res 4.966/21)	(7.907)	(73.279)	4.484	4.089
Itens que não podem ser reclassif p/ o resultado	94	2.704	(1.567)	(1.567)
Resultado Abrangente	48.693	30.223	70.540	128.122
Resultado Abrangente das Participações dos não controladores	11	7	16	30

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
RELATIVO A 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025
(Em milhares de Reais)

Eventos	Capital Social	Reserva Estatutária	Reserva Legal	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 01.01.2025	1.881.601	208.788	18.403	(2.512)	-	2.106.280
Efeitos da adoção inicial da Res. CMN 4.968 (1)	-	-	-	-	1.245	1.245
Lucro do Período	-	-	-	-	125.630	125.630
Destinações:						
Ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	(1.568)	-	(1.568)
Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	4.089	-	4.089
Saldo em 30.06.2025	1.881.601	208.788	18.403	9	125.875	2.235.676

(1) Compuesto, substancialmente, pelos efeitos de adoção do novo modelo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Eventos	Capital Social	Reserva Estatutária	Reserva Legal	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 01.01.2026	1.881.601	352.221	28.446	(19.604)	-	2.242.664
Lucro do Período	-	-	-	-	100.805	100.805
Destinações:						
Dividendos	-	(28.622)	-	-	-	(28.622)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	2.704	-	2.704
Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	(73.279)	-	(73.279)
Saldo em 30.06.2026	1.881.601	323.599	28.446	(90.179)	100.805	2.244.272

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
RELATIVO A 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025
(Em milhares de Reais)

	01.01 até 30.06.2026	01.01 até 30.06.2025
Lucro Antes dos Impostos e Participações	212.983	165.519
Ajustado por:		
Ajuste de exercícios anteriores	-	1.245
Outros resultados abrangentes	2.704	(1.568)
Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(73.279)	4.089
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-
Depreciação/Amortização	37.126	28.659
(Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito)	282.843	249.444
Constituição/(Reversão) de provisão para riscos civis, fiscais e trabalhistas	(2.709)	(5.432)
Perda de imobilizado	5	8
Efeito das Mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(9.423)	(18.221)
Lucro Antes dos Impostos e Participações Ajustado	451.249	422.743
Variação de Ativos e Obrigações	1.113.766	(194.048)
(Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(249.773)	(15.247)
(Aumento)/Redução em TVM e Inst. Financeiras Derivativos	198.253	(104.433)
(Aumento) em Operações de Crédito	(741.914)	(1.223.686)
(Aumento) em Outros Créditos	(170.428)	(275.442)
Redução/(Aumento) em Outros Valores e Bens	(5.362)	317
Redução em Relações Interfinanceiras/Interdependências	254.942	66.958
Aumento em Recursos Aceitos financeiros	117.802	340.268
Aumento em Depósitos	2.170.993	1.524.604
(Redução) em Obrigações por Operações Compromissadas	(420.727)	(567.591)
(Redução) em Obrigações por repasse no País	(5.290)	(9.785)
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimo	(7.730)	35.591
Aumento em Outras Obrigações	80.425	49.385
(Redução) em Impostos e contribuição social Pagos	(106.485)	(15.007)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	1.564.955	228.695
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Títulos e valores mobiliários	80.101	2.766
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.062)	(37.653)
Aquisição de Intangível	(49.470)	(25.209)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	27.569	(60.096)
Remuneração de capital próprio	(34.416)	-
Dividendos	(34.416)	-
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos	(34.416)	-
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.558.108	168.599
início do Período	460.353	220.764
Efeito das Mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	8.423	18.221
Fim do Período	2.026.884	407.584
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.558.108)	(168.599)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
RELATIVO A 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025
(Em milhares de Reais)

	01.01 até 30.06.2026	01.01 até 30.06.2025
1 – RECEITAS	1.990.732	1.824.798
Intermediação financeira	1.984.449	1.786.651
Prestação de serviços	128.544	111.593
Perda Esperada	(282.843)	(249.445)
Outras Receitas	160.582	175.999
2 – DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(778.945)	(721.344)
Captação	(766.693)	(706.433)
Obrigação por Empréstimos e Repasses	(12.252)	(14.911)
3 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(294.679)	(288.784)
Materiais, energia e outros	(14.883)	(14.874)
Serviços de terceiros	(254.893)	(236.316)
Outras Despesas	(25.703)	(35.592)
4 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	917.108	814.670
5 – RETENÇÕES	(37.126)	(26.659)
Amortização	(27.097)	(24.037)
Depreciação	(10.029)	(4.622)
6 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELO BANCO	879.982	788.011
7 – VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	879.982	788.011
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	879.982	788.011
8.1 – Pessoal	403.679	375.750
Remuneração direta	294.947	270.991
Benefícios	86.351	81.148
FGTS	22.381	20.611
8.2 – Impostos, taxas e contribuições	352.238	262.342
Federais	344.378	255.466
Estaduais	6	6
Municipais	7.854	6.870
8.3 – Remuneração de capitais de terceiros	23.260	22.289
Aluguéis	23.260	22.289
8.4 – Remuneração de capitais próprias	100.805	125.630
Lucros líquidos no período	100.805	125.630
8.5 – Valor Adicionado distribuído	879.982	788.011

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas **Junho 2026**

1. Contexto Operacional

O Banco do Estado do Pará S.A. (Banpará ou Banco) é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, cuja sede administrativa está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 251, Campina, Belém, Pará, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará. Opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio. As operações são conduzidas para agregar valor à economia do Estado do Pará e tem como fonte de financiamento, além dos recursos próprios (patrimônio líquido), os recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais. O Banco atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Pará, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução BCB nº 2/2020, e os novos requerimentos introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023. Para a contabilização das operações foram utilizadas as normas e instruções das normas aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando deliberados pelo CMN.

Os Pronunciamentos Técnicos Contábeis já deliberados pelo CMN até o momento:

- CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução CMN nº 4.924/2021;

CPC 02 (R2) – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – Resolução CMN nº 4.524/2016;

CPC 03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa – Resolução CMN nº 4.818/2020;

CPC 04 (R1) – Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016;

CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – Resolução CMN nº 4.818/2020;

CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – Resolução CMN nº 3.989/2011;

CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Resolução CMN nº 4.924/2021;

CPC 24 – Evento Subsequente – Resolução CMN nº 4.818/2020;

CPC 25 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009;

CPC 27 – Imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/2016;

CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.877/2020;

CPC 41 – Resultado por ação – Resolução CMN nº 4.818/2020;

CPC 46 – Mensuração do Valor do Justo – Resolução CMN nº 4.924/2021; e

CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, aprovado em 4 de novembro de 2016 – Resolução CMN nº 4.924/2021.

A elaboração das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável.

Desse modo, na preparação destas Demonstrações Financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; créditos tributários sobre diferenças temporárias, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes; plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde; e a determinação da

vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material para os próximos períodos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 5 – Títulos e Valores Mobiliários;

Nota Explicativa nº 7.2 – Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

Nota Explicativa nº 16 – Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;

Nota Explicativa nº 19 – Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde; e

Nota Explicativa nº 22 – Imposto de renda, contribuição social, ativo e passivo fiscal diferido.

Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras contêm registros que refletem o valor de custo amortizado das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários que contêm ativos classificados como a valor justo por meio do resultado e por meio de resultados abrangentes, que são avaliados pelo valor justo.

Moeda funcional

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022

Permaneceu aplicável o tratamento previsto na Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, relativo à dedutibilidade das perdas incorridas em operações de crédito pelas instituições financeiras. Em conformidade com essa legislação, a realização dos ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias associadas às provisões para perdas observa os critérios legais de dedutibilidade, permanecendo o Banco

enquadrado na sistemática ordinária de exclusão fiscal das perdas à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos), não tendo sido exercida a opção pela sistemática alternativa prevista na referida Lei.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022 – Aplicação da sistemática de dedução das perdas e realização dos créditos tributários

Durante o primeiro semestre de 2026, o Banco deu continuidade à aplicação da sistemática tributária introduzida pela Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, relativa ao tratamento fiscal das perdas incorridas no recebimento de créditos pelas instituições financeiras.

Para as operações que ingressaram em inadimplência a partir de 1º de janeiro de 2025, o Banco continuou aplicando a sistemática prevista nos arts. 2º e 3º da Lei nº 14.467/2022, mediante a apuração mensal da parcela dedutível das perdas incorridas, calculada com base nos fatores “A” e “B”, para fins de exclusão da base de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Em relação ao estoque de perdas existente em 1º de janeiro de 2025, correspondente às operações inadimplidas em 31 de dezembro de 2024 que não haviam sido deduzidas nem recuperadas até essa data, o Banco iniciou, a partir de janeiro de 2026, a exclusão mensal à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos), conforme previsto no art. 6º da Lei nº 14.467/2022. O Banpará manteve a sistemática padrão prevista na legislação, não tendo exercido a opção pelo regime alternativo de dedução à razão de 1/120 (um cento e vinte avos).

Adicionalmente, durante o primeiro semestre de 2026, o Banco passou a aplicar a sistemática prevista no art. 74-F, § 5º, inciso II, alínea “a” da Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017, segundo a qual, nas hipóteses de recuperação de créditos abrangidos pelo regime de transição previsto no art. 6º da Lei nº 14.467/2022, é permitida a **dedução integral** das perdas que ainda não tenham sido aproveitadas fiscalmente. Dessa forma, as operações recuperadas deixam de permanecer sujeitas à dedução parcelada à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos), passando a ser

integralmente excluídas da apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, na forma da regulamentação vigente.

Em decorrência da aplicação dessas sistemáticas durante o primeiro semestre de 2026, o Banco passou a realizar os créditos tributários registrados no Ativo Fiscal Diferido à medida da efetiva utilização fiscal das perdas, seja mediante a dedução calculada pelos fatores “A” e “B” para as operações inadimplidas a partir de 2025, pela dedução mensal do estoque de perdas existente em 1º de janeiro de 2025 à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos), ou pela dedução integral das perdas relativas às operações recuperadas, conforme previsto na legislação tributária vigente. Para avaliação e manutenção dos créditos tributários registrados no Ativo Fiscal Diferido, permanecem sendo observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020 e pelo estudo técnico de realização elaborado pela Administração, que suporta a expectativa de realização desses ativos no prazo máximo de dez anos.

Reforma Tributária sobre o Consumo (CBS e IBS)

A Administração do Banco acompanha continuamente os desdobramentos da Reforma Tributária sobre o Consumo, instituída pela Emenda Constitucional no 132, de 20 de dezembro de 2023. Ela é regulamentada, entre outros normativos, pela Lei Complementar no 214, de 16 de janeiro de 2025 — que instituiu a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e o Imposto Seletivo. Além disso, é regulamentada pela Lei Complementar no 227, de 13 de janeiro de 2026, que instituiu o Comitê Gestor do IBS (CGIBS), disciplinou o contencioso administrativo do IBS e promoveu alterações na Lei Complementar no 214, de 2025.

Nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, os serviços prestados por instituições financeiras estão sujeitos a regime específico de tributação (arts. 181 a 233), no qual a base de cálculo do IBS e da CBS é composta pelas receitas das operações, admitidas as deduções previstas para cada modalidade de serviço (art. 185), o que resulta, na prática, na tributação pela margem de intermediação (spread) nas operações de crédito, com alíquota de referência reduzida e direito a créditos sobre as aquisições. A referida legislação também instituiu o mecanismo de recolhimento no momento da liquidação financeira das operações (split payment). Ele é aplicável, entre outros, aos prestadores de serviços de pagamento. Sua

regulamentação técnica vem sendo progressivamente disponibilizada pelo Comitê Gestor do IBS e pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

O exercício de 2026 corresponde ao período de teste do novo modelo tributário, no qual são aplicadas alíquotas simbólicas de 0,9% para a CBS e de 0,1% para o IBS (arts. 343 e 346 da Lei Complementar nº 214, de 2025), ficando os contribuintes que cumprirem as obrigações acessórias correspondentes dispensados do recolhimento efetivo desses tributos sobre os fatos geradores ocorridos no período (art. 348, § 1º, da mesma Lei Complementar). Dessa forma, a fase de teste não produz, até o momento, efeitos de caixa para o Banco.

No primeiro semestre de 2026, foram registrados avanços relevantes na regulamentação operacional do novo modelo tributário. Em 19 de junho de 2026, o Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil editaram o Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 3/2026. Sua documentação técnica foi disponibilizada em 22 de junho de 2026, oficializando a versão 1.1.0 dos leiautes e das especificações técnicas da Declaração de Regimes Específicos (DeRE). Essa obrigação acessória foi prevista na Lei Complementar nº 214, de 2025, aplicável, entre outros, às instituições financeiras. A referida publicação representou importante avanço no processo de implementação da obrigação acessória, ao oficializar os leiautes, as especificações técnicas e as tabelas referentes, entre outros, ao evento de Balancete Mensal (D-1101), da categoria de Eventos Periódicos, bem como ao disponibilizar eventos já homologados em ambiente de produção restrita, incluindo informações relacionadas ao balancete mensal, às aplicações financeiras e aos títulos de dívida.

Posteriormente à data-base destas demonstrações financeiras intermediárias, em 30 de julho de 2026, foi editado o Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 4/2026, que estabeleceu as datas de início da obrigatoriedade de emissão dos documentos fiscais eletrônicos previstos nos regulamentos do IBS e da CBS e definiu o cronograma escalonado de exigibilidade da Declaração de Regimes Específicos (DeRE). No que concerne à DeRE, o referido ato fixou o início da obrigatoriedade em etapas sucessivas: (i) a partir de 1º de outubro de 2026, para os Eventos de Tabela do Contribuinte; (ii) a partir de 15 de novembro de 2026, para os Eventos Periódicos Mensais — que abrangem, entre

outros, o Balancete Mensal (D-1101), a Identificação de Aplicações Financeiras (D-1106), a Relação de Deduções Utilizadas na Apuração (D-1121) e o Débito em Operações com Títulos de Dívida com Oferta Pública (D-2101) —, devendo a primeira entrega contemplar as informações contábeis e fiscais relativas ao período de apuração de outubro de 2026; e (iii) a partir de 1º de janeiro de 2027, para os demais eventos não abrangidos pelas etapas anteriores.

A definição desse cronograma consolida os marcos operacionais para o cumprimento da referida obrigação acessória, que passará a ser exigível, de forma escalonada, a partir do último trimestre de 2026. Durante o exercício de 2026, o Banco permanece em processo de adequação de seus procedimentos, sistemas e controles internos às novas obrigações acessórias, observando os prazos de implementação estabelecidos pelas autoridades fiscais e a regulamentação técnica aplicável, com vistas ao atendimento tempestivo das exigências operacionais nas respectivas datas de início de vigência.

A Administração entende que, até 30 de junho de 2026, a evolução normativa ocorrida não produziu impactos contábeis relevantes nas demonstrações financeiras intermediárias do Banco, elaboradas em conformidade com o CPC 21 (R1), uma vez que as alterações divulgadas concentram-se, predominantemente, na definição de requisitos técnicos e operacionais para a futura implementação de obrigações acessórias e considerando que, no exercício de 2026, não há efeito de caixa decorrente da fase de teste do novo modelo tributário. O Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 4/2026, editado após a data-base, refere-se ao cumprimento de obrigações acessórias com início de vigência em períodos futuros e, por essa razão, não altera a referida conclusão nem enseja, por si só, o reconhecimento de provisão ou de passivo. A Administração não identificou, até a presente data, obrigação presente que enseje o reconhecimento de provisão nos termos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O Banco encontra-se em fase de contratação de consultoria especializada, que será responsável por apoiar a avaliação dos impactos regulatórios, tributários, contábeis, operacionais e tecnológicos, bem como a implementação das adaptações necessárias em seus sistemas e processos.

A Administração continuará acompanhando a evolução da regulamentação e as demais normas complementares expedidas pelas autoridades competentes, avaliando tempestivamente seus potenciais impactos sobre as demonstrações financeiras e os processos operacionais do Banco.

2.1 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis adotadas permanecem aderentes ao arcabouço regulatório vigente aplicável às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e que sua aplicação contínua assegura a adequada representação da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa do Banco, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

a. Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas decorrentes das operações ativas e passivas deve ser realizada *pro-rata temporis*, considerando o número de dias corridos.

b. Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros fins. Possuem liquidez imediata, com vencimento ou carência igual ou inferior a 90 (noventa) dias, e não estão sujeitos a risco significativo de mudança de valor.

c. Ativos e Passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, quando o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento, na data da negociação. O Banco efetua a baixa de um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou
- For transferido e a transferência se qualificar para a baixa nos termos definidos, ou

- Baixado em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, caso não haja expectativas razoáveis de sua recuperação. Estudos realizados para as carteiras do Banco demonstram que a partir de uma quantidade de atraso, a depender da carteira, o percentual de recuperabilidade se estabiliza, sendo, portanto, baixados para prejuízo.

Quando um ativo financeiro é renegociado ou de outro modo modificado, o seu valor contábil bruto é recalculado para refletir os novos fluxos de caixa da operação, sem que ocorra a baixa desse ativo financeiro.

Classificação de ativos e passivos financeiros

A classificação de Ativos Financeiros ocorre tanto pelo modelo de negócios, bem como, pelas características dos fluxos de caixa contratuais, com o objetivo de identificar especificamente se este atende ao critério de "somente pagamento de principal e juros" (SPPJ).

Com base nesses dois critérios, os ativos serão classificados como:

- **Ativos Financeiros ao Custo Amortizado (CA):** ativos administrados para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros.
- **Ativos Financeiros ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- **Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado (VJR):** ativos que não atendem aos critérios de classificação das categorias anteriores ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo no resultado, de forma irrevogável, com o objetivo de reduzir assimetrias contábeis.
- **Modelos de Negócios:** representam a maneira como os ativos financeiros são administrados, considerando: i) os riscos que influenciam o desempenho do modelo de negócio; ii) a forma de remuneração dos gestores do negócio; iii) e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.
- **Teste SPPJ:** análise dos fluxos de caixa contratuais para determinar se consistem apenas em pagamento de principal e juros, que devem ser

representados pela contraprestação do dinheiro no tempo, risco de crédito e margem de lucro. Caso não se enquadre nessa definição, o ativo financeiro não passa no Teste SPPJ e, consequentemente, é classificado na categoria ao Valor Justo por meio do Resultado.

Os instrumentos patrimoniais representados pelas cotas de fundos de investimento não atendem ao Teste SPPJ e são classificados na categoria ao Valor Justo por meio do Resultado, exceto quando o modelo de negócio tenha o objetivo diferente de negociação, sendo, portanto, designado, irrevogavelmente, a Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes.

A classificação dos passivos financeiros ocorre no reconhecimento inicial de acordo com sua natureza e finalidade. Como regra geral, são mensurados subsequentemente ao Custo Amortizado (CA), mediante a aplicação do método da taxa efetiva de juros, refletindo o custo financeiro das obrigações ao longo de sua vigência.

Excepcionalmente, determinados passivos financeiros podem ser classificados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) quando essa classificação for requerida pela regulamentação aplicável ou quando forem designados, de forma irrevogável, no reconhecimento inicial, com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente inconsistências de mensuração ou reconhecimento contábil (accounting mismatch). Nesses casos, as variações no valor justo são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Com base nesses dois critérios, os passivos serão classificados como:

- **Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado:** incluem derivativos e passivos financeiros originados de contratos de empréstimos ou aluguel de ativos financeiros.
- **Compromissos de Créditos e Créditos a Liberar:** avaliados quanto à necessidade de constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, com base no modelo de perdas esperadas, em conformidade com a regulamentação vigente.
- **Garantias Financeiras Prestadas:** mensuradas pelo maior valor entre: (i) a provisão para perdas de crédito esperadas; e (ii) o valor inicialmente

reconhecido, deduzido do montante acumulado da receita apropriada ao resultado durante a vigência da garantia.

Mensuração subsequente de Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou a valor justo em outros resultados abrangentes são reconhecidos por meio da taxa efetiva de juros (TJE), que é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A TJE considera as receitas recebidas e, os custos de transação pagos, relacionados à aquisição ou originação dos instrumentos financeiros.

Taxa de Juros Efetiva – Metodologia Diferenciada

O Banco optou por adotar a metodologia diferenciada para reconhecimento das receitas e despesas relacionadas aos custos de transação em operações de crédito e demais operações com característica de operações de crédito. Essa metodologia, consiste em:

- Apropriação de receitas no resultado do período, *pro rata temporis*, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, considerando a taxa de juros contratual original; e
- Apropriação linear de receitas e despesas relacionadas aos custos de transação e outros valores recebidos na originação ou emissão do instrumento financeiro, conforme as características do contrato.

A apropriação de juros deixa de ser reconhecida quando um instrumento financeiro se torna um ativo com problema de recuperação de crédito, ou seja, quando apresenta atraso superior a 90 dias no pagamento de principal de juros, ou quando há evidências de redução significativa na capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou colaterais.

Mensuração a valor justo

Os instrumentos financeiros classificados como valor justo no resultado ou valor justo em outros resultados abrangentes são avaliados pelo valor justo, no mínimo, por

ocasião dos balancetes e balanços. A valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de:

- Receita ou despesa, no resultado do período, para instrumentos financeiros classificados como valor justo no resultado.
- Outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários, para ativos financeiros classificados como valor justo em outros resultados abrangentes.

Os ganhos ou perdas não realizadas em outros resultados abrangentes são transferidos para o resultado quando o ativo é baixado totalmente, ou parcialmente, na proporção equivalente, exceto para os instrumentos patrimoniais designados a valor justo em outros resultados abrangentes, de forma irrevogável, no reconhecimento inicial. Neste caso, a transferência dos ganhos ou perdas é realizada para a conta de lucros ou prejuízos acumulados.

Os passivos financeiros são subsequentemente mensurados a custo amortizado, exceto por:

- **Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado:** incluem derivativos e passivos financeiros originados de contratos de empréstimos ou aluguel de ativos financeiros.
- **Compromissos de Créditos e Créditos a Liberar:** avaliados levando em conta a provisão para perdas de crédito esperadas.
- **Garantias Financeiras:** mensuradas pelo maior valor entre: (i) a provisão para perdas de crédito esperadas; e (ii) o valor justo no reconhecimento inicial, subtraído do valor acumulado da receita.

Hierarquia do Valor Justo

A mensuração do valor justo dos ativos e passivos financeiros é realizada com base em uma hierarquia que classifica os dados utilizados no processo de avaliação em três níveis distintos. Essa hierarquia visa garantir a consistência e a comparabilidade das avaliações, promovendo a transparência nas divulgações contábeis. A seguir, detalhamos os três níveis da hierarquia de valor justo:

Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas em bolsas de valores e cotas de fundos de investimentos com alta liquidez.

Nível 2: Dados observáveis no mercado, utilizados em técnicas de precificação e podem incluir preços de ativos ou passivos similares em mercados ativos, preços de ativos ou passivos idênticos em mercados não ativos, ou outras informações de mercado observáveis. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos com menor liquidez.

Nível 3: Dados não observáveis no mercado, utilizados em técnicas de avaliação que requerem premissas e estimativas. Esses dados são baseados em informações internas do banco e refletem as melhores estimativas da administração sobre as premissas que os participantes do mercado utilizariam na determinação do valor justo. Incluem instrumentos financeiros complexos e ativos ilíquidos.

Para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo de forma recorrente, incluindo derivativos não negociados em mercados ativos, o valor justo é calculado utilizando técnicas de avaliação baseadas em premissas de mercado. As principais premissas incluem dados históricos, transações similares, taxas de desconto e fluxos de caixa futuros descontados a valor presente.

Perdas Esperadas

O Banco constitui provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito utilizando a metodologia completa, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23 para:

- Ativos financeiros, exceto instrumentos patrimoniais de outras entidades, ativos classificados na categoria valor justo por meio do resultado, mensurado no nível 1 da hierarquia de valor justo (com exceção de títulos privados, operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito) e instrumentos financeiros derivativos;
- Garantias financeiras prestadas;
- Compromissos de crédito e créditos a liberar.

A mensuração da provisão considera como base de cálculo o valor contábil bruto dos ativos financeiros.

Classificação de Instrumentos Financeiros por Estágios

O Banco classifica seus instrumentos financeiros em três estágios, conforme descrito a seguir:

Primeiro estágio: quando os instrumentos financeiros não apresentam um aumento significativo no risco de crédito, desde o seu reconhecimento inicial, ou quando o risco de crédito diminuiu significativamente. A perda é calculada para os próximos 12 meses ou durante o prazo esperado do instrumento.

Segundo estágio: quando um instrumento financeiro demonstra um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, ou quando um instrumento financeiro deixou de ser um ativo problemático, mas o risco de crédito não diminuiu significativamente. A perda é calculada para todo o prazo esperado do ativo financeiro.

Terceiro estágio: instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação de crédito.

As provisões para perdas associadas ao risco de crédito são contabilizadas desde a alocação inicial do instrumento financeiro em estágios, sendo determinadas em montante correspondente às perdas associadas ao risco de crédito. Para os Estágios 1 e 2, é considerado o conceito de Perda Esperada, enquanto para o Estágio 3 é considerado também o requerimento regulatório de Perda Incorrida (que passa a ser um componente da Perda Esperada).

As Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito são revisadas mensalmente, ou tempestivamente quando houver novos fatos que demonstrem deterioração significativa da qualidade creditícia da contraparte, incluindo reestruturação, e realocação de estágios.

A metodologia interna de cálculo da Perda Esperada é compatível com a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, o porte, o perfil de risco e o modelo de negócios do Banco. Esse cálculo é baseado em parâmetros da metodologia interna,

incorporando aspectos locais (com destaque para risco país Brasil, cenários macroeconômicos, informações prospectivas sobre volatilidade de risco, Fator de Conversão de Crédito - FCC). Esses parâmetros são consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações internas e externas.

O Banco, enquadrado como uma instituição financeira "Segmento S3", utiliza a metodologia completa prevista nas resoluções CMN 4.966/2021 e BCB 352/2023.

Aumento significativo do risco de crédito

O conceito de risco de crédito é baseado na probabilidade de inadimplência para sua vida toda. Originalmente, quando a operação é concedida pelo Banco, é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, o Banco avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em caso positivo, esta operação passa a ser considerada em estágio 2, ou ainda, se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de não recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de não recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo de risco de crédito e de evidência de ativo problemático baseiam-se não apenas em critérios quantitativos e prospectivos, incluindo projeções decorrentes de modelos de probabilidade de deterioração do crédito, mas também no comportamento efetivo do ativo financeiro quanto à sua liquidação. São classificados no estágio 2 os ativos que apresentem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, caracterizado, entre outros fatores, pela elevação do grau especulativo e risco substancial conforme classificação de agências de risco reconhecidas pelo mercado, pelo atraso entre 1 e 15 dias no cumprimento das obrigações pelo emissor, ou ainda, por determinação do comitê competente, fundamentada em avaliação técnica.

Os ativos classificados no estágio 3 abrangem os contratos que apresentem evidência objetiva de problema de recuperação de crédito. A caracterização de ativo problemático ocorre quando verificada, pelo menos, uma das seguintes situações: atraso superior a 15 dias na liquidação pelo emissor, incluindo, de forma

preponderante, os contratos com atraso superior a 90 dias; deterioração relevante da capacidade creditícia, evidenciada por classificação de risco altamente especulativa ou inferior, recorrência de atrasos no pagamento de juros; reestruturação de crédito; decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial; ou existência de medidas judiciais ou regulatórias que possam comprometer o valor ou a exequibilidade do título.

Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação dos seguintes parâmetros:

Probabilidade de Default (PD): a PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplemento em uma janela de tempo determinada.

Perda dada ao Default (LGD): a LGD (loss given default) é o percentual esperado de perda de uma cliente dado o ativo problemático. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito do Banco para que consiga através de modelos mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a contratação / renovação de contrato e clientes, podendo estender análises específicas para diferentes tipos de garantias, percentuais de cobertura das garantias, entre outras informações.

Exposição ao Default (EAD): a EAD (exposure at default) representa o montante da exposição ao risco de crédito quando o ativo se torna problemático, incluindo juros incorridos, não contemplando limites de créditos ou exposições fora do balanço.

Adicionalmente, a Resolução CMN 4966/2021 determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos. As variáveis *forward looking* funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

Ativos problemáticos e *stop accrual*

Ativos com problema de recuperação de crédito (Ativos Problemáticos) são definidos como aqueles com atraso superior a 90 dias, operações com forte evidência de que não serão liquidados conforme pactuado, e as operações reestruturadas. Nestes

casos, o Banco interrompe a apropriação de receitas ainda não recebidas (stop accrual), retomando a apropriação somente após regularização.

As reestruturações de ativos problemáticos consideram concessões concedidas pelo Banco ao devedor, as quais não seriam concedidas caso o devedor não enfrentasse dificuldades financeiras severas (deterioração significativa da qualidade de risco de crédito) que o impedissem de cumprir integralmente seus compromissos financeiros com o Banco.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas são arrastadas (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3. O efeito arrasto pode não ocorrer quando: (i) operações com gerenciamento de risco realizado de forma massificada; e (ii) instrumento financeiro que em virtude de sua natureza ou de sua finalidade apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte que apresenta problema de recuperação de crédito.

A partir do momento da caracterização de ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

A descaracterização do Ativo Problemático e a respectiva reclassificação como Ativo com Risco de Crédito Significativo é possível desde que sejam atendidas condições pelo devedor (processo de Cura), entre elas: adimplência dos pagamentos de principal e encargos de acordo com a reestruturação das obrigações e novas condições pactuadas, continuidade de pagamento tempestivo de principal e encargos bem como cumprimento de demais obrigações contratuais por um período de cura mínimo, pagamento de quantidade mínima de parcelas, melhora dos indicadores de risco de crédito do devedor.

A expectativa de recuperação do Ativo Problemático considera uma estimativa do valor presente provável utilizando: (i) o valor justo das garantias ou dos colaterais se existirem, (ii) os custos e os prazos estimados para execução, venda e recebimento das garantias ou dos colaterais, (iii) a taxa de juros efetiva do instrumento financeiro no reconhecimento inicial. A análise é feita caso-a-caso com base na experiência da

Área de Gerenciamento de Créditos Problemáticos e no histórico de recuperações de créditos problemáticos do Banco, além de comparações com outras reestruturações de ativos problemáticos do Banco.

d. Outros Valores e Bens

Compostos, basicamente, por bens não destinados a uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação em pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou do financiamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio de provisão por desvalorização, de acordo com as normas vigentes; e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

e. Investimentos

Os investimentos estão registrados inicialmente pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas por desvalorização, quando aplicável.

f. Imobilizado de uso

Corresponde aos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

O ativo imobilizado do Banco é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: imóveis de uso 4% ao ano; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações 10% ao ano; veículos 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A Administração do Banco entende serem essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência. A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentadas na Nota Explicativa nº 09.

g. Intangível

O intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção do Banco ou exercido com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534/2016.

Esse grupo está representado por aquisição de *software*. São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 09.

h. Redução ao valor recuperável de ativos ("*impairment*")

Uma perda é reconhecida caso existem evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. Esse procedimento é realizado, no mínimo, anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

i. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que determinam:

- Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias.

Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores classificados como prováveis são provisionados e divulgados nas notas explicativas, os valores classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente, apenas divulgados em notas explicativas. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

- O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é uma obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos do Banco capazes de gerar benefícios econômicos. Os valores registrados no passivo relacionados às ações civis públicas, representados por decisões favoráveis, provisórias ou definitivas, serão mantidos pelo prazo prescricional de cinco anos do direito à execução.
- Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente. Quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível, referido ganho é reconhecido nas Demonstrações Financeiras porque o ativo relacionado deixa de ser ativo contingente. Os ativos contingentes, para os quais a entrada de benefícios econômicos é provável, têm sua natureza divulgada nas notas explicativas, bem como uma estimativa de seus efeitos financeiros, quando praticável.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias são derivadas de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas Demonstrações Financeiras.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, está apresentado na Nota Explicativa nº 16.

j. Tributos

As provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS/PASEP, COFINS e ISS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	20%
PIS/PASEP	0,55%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.

k. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos por competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do Banco, são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Resolução CMN nº 4.877/2020. Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco.

l. Outros ativos e passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas são integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

m. Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) – Resolução CVM nº 199/2024, apresentada como parte integrante das Demonstrações Financeiras.

n. Resultado não-recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banpará considera, para mensurar os resultados como não recorrentes, o período de dois anos que antecedem e que sucedem a data base.

o. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao exercício a que se referem as Demonstrações Financeiras, é aquele evento favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do exercício e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as Demonstrações Financeiras;
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as Demonstrações Financeiras.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas em 14 de agosto de 2026.

3 Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa tem a seguinte composição:

Contas	30.06.2026	31.12.2025
Disponibilidades	279.501	210.737
Caixa	273.977	207.723
Disponibilidades em moeda estrangeira	5.524	3.014
Equivalente de Caixa	1.747.382	249.616
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.747.382	249.616
Total	2.026.883	460.353

O montante de R\$ 2.026.883 em 30 de junho de 2026 (R\$ 460.353 em 31 de dezembro de 2025) refere-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90

dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento, portanto, foram considerados como equivalentes de caixa.

4 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez têm a seguinte composição:

Títulos	30.06.2026	31.12.2025
Aplicações - Mercado Aberto	1.747.382	249.616
Posição bancada	1.747.382	249.616
Letras financeiras do tesouro	600.012	249.991
(-) Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	(800)	(375)
Letras do tesouro nacional	400.000	-
(-) Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	(800)	-
Notas do tesouro nacional	749.996	-
(-) Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	(1.125)	-
Aplicações - Depósitos Interfinanceiros	415.322	165.549
Não ligadas vinculadas ao crédito rural	415.701	165.579
Perda Esperada associada ao risco de crédito	(379)	(30)
Total	2.162.704	415.165

A posição bancada representa os Títulos Públicos comprados pelo Banpará nas operações compromissadas (CRV), os quais são revendidos obrigatoriamente no dia seguinte. Com base nesse entendimento, o Banpará em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 executou perante contraparte compra com revenda (doação de recurso no mercado financeiro), recebendo como lastro LFT.

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

	2º Tri 2026	01.01 até 30.06.2025	2º Tri 2025	01.01 até 30.06.2025
Posição bancada	35.190	64.831	6.513	14.764
Depósitos interfinanceiros	3.152	6.014	7.755	15.336
Total	38.332	70.845	14.301	30.100

As receitas provenientes de aplicações interfinanceiras de liquidez decorrem de operações compromissadas e depósitos interfinanceiros.

5 Títulos e Valores Mobiliários

a. Classificação por tipo de papel

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Títulos	30.06.2026			31.12.2025
	Custo	Ajusto de Valor Justo (PL)	Valor Justo	Valor Justo
Líquidos	104.777	(87.996)	16.781	89.014
Letras do Tesouro Nacional	8.818	(172)	8.646	8.155
Cotas de fundos de investimento em participações (a)	95.959	(87.824)	8.135	80.859
Não circulante	104.777	(87.996)	16.781	89.014

Foram designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes no início de vigência da Resolução 4.966/21.

(a) O Banpará mantém aplicação em cotas seniores de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), realizada no contexto da diversificação de ativos e otimização da relação risco-retorno. À época da alocação, o fundo apresentava rentabilidade-alvo equivalente a aproximadamente 130% do CDI, compatível com as diretrizes internas de gestão financeira. No segundo semestre de 2025, foram reconhecidos no resultado R\$ 10 milhões referentes aos rendimentos auferidos. O ativo foi mensurado a valor justo em conformidade com o CPC 46 e a Resolução CMN nº 4.966/2021, por meio de metodologia de fluxo de caixa descontado (DCF). Os fluxos projetados, baseados na remuneração contratual, foram descontados utilizando a curva DI futura divulgada pela ANBIMA, acrescida de prêmio de risco compatível com as características do ativo, incluindo componentes de crédito, liquidez e aspectos reputacionais. Os ajustes foram incorporados exclusivamente à taxa de desconto, preservando a integridade dos fluxos projetados e evitando dupla contagem de riscos. A metodologia utiliza referências observáveis de mercado, está alinhada às políticas internas de gestão e governança e assegura adequada segregação entre perdas esperadas, perdas realizadas e prêmios de risco.

Objetivando promover o desenvolvimento da Amazônia, o Banco investe no Fundo de Investimento em Participações em Empresas Sustentáveis na Amazônia (FIP Amazônia), cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia proporcionando crescimento social, econômico e ambiental. O regulamento do fundo

estabelece que o seu prazo de duração é de doze anos, podendo ser prorrogado por mais três anos.

Ativos financeiros a custo amortizado

Títulos	30.06.2025			31.12.2025
	Custo	Perda Esperada	Custo Amortizado	
Livres	1.252.502	-	1.252.502	1.107.914
Letras Financeiras do Tesouro	1.243.632	-	1.243.632	1.090.765
CVS (a)	8.802	-	8.802	16.176
Bidex	68	-	68	73
Vinculados a operações comprometidas	-	-	-	420.410
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	420.410
Vinculados ao Banco Central	151.286	-	151.286	82.482
Letras Financeiras do Tesouro	151.286	-	151.286	82.482
Total	1.403.788	-	1.403.788	1.609.906
Circulante	1.394.918	-	1.394.918	1.593.657
Não circulante	8.870	-	8.870	16.249

(a) O Banpará mantém em sua carteira títulos de Certificados de Variação Salarial (CVS), emitidos pelo Tesouro Nacional no âmbito da securitização das dívidas remanescentes do Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS), decorrentes da liquidação de contratos de financiamento habitacional. Esses títulos são classificados pelo método do custo amortizado e mantidos até o vencimento, previsto para 01 de janeiro de 2027. Ressalta-se que, embora classificados por faixa de vencimento, os CVS possuem fluxo financeiro de amortizações periódicas, com recebimentos mensais de parcelas de principal pagos pelo Tesouro Nacional, o que explica a redução gradual do saldo contábil ao longo do tempo, uma vez que tal movimentação representa a natureza do ativo, sem caracterizar alienação, perda ou alteração no risco de crédito do ativo.

Ao valor justo por meio do Resultado

Títulos	30.06.2025	31.12.2025
	Operações de Câmbio	Operações de Câmbio
Livres	152	152
Contratos de Câmbio	152	152
Não circulante	152	152

O Banpará realiza operações de câmbio de venda de moeda estrangeira com seus

clientes. Esses contratos são classificados como instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

b. Classificação dos títulos classificados como custo amortizado por vencimento

Títulos	Sem vencimento	Circulante		Não Circulante			30.06.2026	31.12.2025
		Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Custo Amortizado	68	38.644	143.932	481.548	739.596	-	1.403.788	1.609.907
Títulos públicos (Para negociação)	-	38.644	135.129	481.548	739.596	-	1.394.916	1.593.658
Letras financeiras tesouro	-	38.644	135.129	481.548	739.596	-	1.394.916	1.593.658
Títulos públicos (Vantidos até o vencimento)	-	-	8.803	-	-	-	8.803	16.176
CVS	-	-	8.803	-	-	-	8.803	16.176
Outros títulos de renda variável aplicado no exterior (Sem vencimento)	68	-	-	-	-	-	68	73
Bidex	68	-	-	-	-	-	68	73
Total em 30.06.2026	68	38.644	143.932	481.548	739.596	-	1.403.788	1.609.907

Rendas com títulos e valores mobiliários:

Contas	2º Tri 2026	01.01 até 30.06.2026	2º Tri 2025	01.01 até 30.06.2025
Resultado de títulos de renda fixa	45.883	97.929	65.109	105.271
Resultado de títulos de renda variável	56	119	2.954	2.945
Resultado de renda de fundos de investimento	0	614	(2.012)	-
Resultado de renda de Títulos e Valores Mobiliários no exterior	4	10	31	45
Total	45.943	98.672	66.082	108.261

6 Relações Interfinanceiras

Contas	30.06.2026	31.12.2025
Direitos junto à participação de sistemas de liquidação	7.973	-
Reserva em espécie - Conta de pagamento instantâneo	102.691	178.329
Recolhimento de Depósitos Voluntários (a)	44.302	-
Reservas compulsórias em espécie - BACEN (b)	112.248	360.899
Recolhimentos sobre depósitos de poupança - BACEN	434.331	420.389
SFH - Créditos junto ao FCVS (c)	53.380	56.142
(-) Provisão para perdas em títulos vinculados	(1.144)	-
Total	753.781	1.005.759
Circulante	701.545	949.617
Não circulante	52.236	56.142

(a) O saldo de Recolhimento de Depósitos Voluntários está distribuído:

Contas	30.06.2026	31.12.2025
Recolhimento de Depósitos Voluntários	44.302	-
Recolhimento de Deficiência de Direc. Obrig. Rec. Poupança: Resolução 3932	44.302	-
- BACEN		-
Recolhimento de Depósitos Voluntários: Resolução BCB 129/2021		-
(-) Rendas a Apropriar		-
Total	44.302	-

O saldo apresentado em 30 de junho de 2026 decorre principalmente da constituição de aplicações em depósitos voluntários junto ao BACEN, realizadas no contexto da gestão de liquidez da Instituição, bem como de recolhimentos efetuados para atendimento das exigibilidades regulatórias relacionadas ao direcionamento obrigatório dos recursos de poupança. Considerando a inexistência de saldo em 31 de dezembro de 2025, a variação observada no semestre reflete a adoção dessas operações ao longo do período e a dinâmica de gerenciamento do caixa regulatório e da liquidez de curto prazo.

(b) O saldo de Reservas compulsórias em espécie – BACEN está distribuído:

Contas	30.06.2026	31.12.2025
Reservas compulsórias em espécie – BACEN	112.248	350.899
Reserva Compuls em Espécie no Bacen	112.248	350.899
Total	112.248	350.899

Os saldos de Reservas Compulsórias em Espécie no Banco Central do Brasil – BACEN correspondem aos recolhimentos compulsórios constituídos para atendimento das exigibilidades regulatórias incidentes sobre recursos captados pela Instituição, em conformidade com a regulamentação vigente do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN. Em 30 de junho de 2026, o saldo da rubrica totalizou R\$ 112.248 mil (R\$ 350.899 mil em 31 de dezembro de 2025), sendo a redução observada no período decorrente, principalmente, da diminuição da base de cálculo das exigibilidades compulsórias sobre depósitos e demais captações sujeitas a recolhimento, bem como dos efeitos das deduções regulamentares aplicáveis, incluindo aquelas relacionadas à antecipação obrigatória de contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

(c) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em

processo de emissão dos títulos CVS pela STN. O Banco possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$ 53.380 em 30 de junho de 2026 e R\$ 56.142 em 31 de dezembro de 2025. Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% a.a., quando utilizado recursos do FGTS de 6,17% a.a., quando utilizados recursos próprios, acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR). Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.

7 Operações de Crédito

7.1 Composição da carteira com característica de concessão de crédito

a. Por tipo de operação

	30.06.2026	31.12.2025
Operações de crédito	15.795.289	1.534.987
Empréstimos e Títulos descontados	13.920.696	13.498.756
Financiamentos	246.688	251.113
Financiamentos rurais e agroindustriais	107.788	129.686
Financiamentos imobiliários	1.520.107	1.465.432
Outras Rubricas	244.074	230.844
Valores a receber relativos à transação de pagamento	128.077	146.846
Operações de câmbio	115.997	83.998
Total da carteira de crédito	16.039.363	15.575.631
(Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito)	(594.597)	(593.043)
Provisão constituída	(583.061)	(591.830)
Outros Créditos	(11.536)	(1.213)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	15.444.766	14.982.788
Circulante	4.787.877	4.703.639
Não circulante	10.656.889	10.279.149

b. Composição por segmento e tipo de pessoa

Produtos	30.06.2026	31.12.2025
Pessoa física	15.020.982	14.639.000
Consignados	11.445.770	11.171.525
Banparacard	1.155.283	1.212.125
Cheque especial	10.520	17.921
Cartão de crédito	232.634	241.558
Sazonais	140.764	4.350
Imobiliário	1.313.919	1.264.846
Rural	86.844	110.248
Financiamento	83.133	82.583
Outros	551.116	533.746
Pessoa jurídica	1.019.281	936.831
Cheque empresarial	3.043	3.156
Capital de giro	490.859	445.887
Imobiliário	208.626	202.905
Financiamento	183.565	167.876
Câmbio	115.997	83.998
Rural	20.945	19.441
Outros	16.246	13.568
Total	16.039.363	15.575.831

c. Por faixas de vencimento e nível de risco

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	30.06.2026	31.12.2025
Parcelas vincendas	15.117.687	194.437	442.403	15.754.527	15.286.966
Até 30 dias	511.572	11.442	25.932	548.946	501.241
31 a 90 dias	643.839	12.420	25.376	681.635	664.151
91 a 180 dias	1.256.081	16.940	38.343	1.311.364	865.188
181 a 360 dias	1.766.169	27.193	60.993	1.854.355	1.940.499
Acima de 360 dias	10.940.026	126.442	291.759	11.358.227	11.115.867
Parcelas vencidas	28.517	27.169	229.150	284.836	288.865
Até 30 dias	28.367	6.426	10.060	44.853	54.806
31 a 90 dias	150	20.743	36.215	57.108	56.961
91 a 180 dias	-	-	83.009	83.009	72.196
181 a 360 dias	-	-	99.410	99.410	102.690
Acima de 360 dias	-	-	456	456	12
30.06.2026	15.146.204	221.606	671.553	16.039.363	15.575.831

d. Por setores de atividade

Setores	30.06.2025		31.12.2025	
	Valor	%	Valor	%
Varejo - Pessoas Físicas	13.535.185	84,39	13.181.226	84,53
Varejo - Pessoas Jurídicas	510.149	3,18	462.611	2,97
Rural - Pessoa Física e Jurídica	107.769	0,67	129.687	0,83
Fomento - Pessoa Física e Jurídica	245.698	1,54	250.558	1,61
Imobiliário - Pessoa Física e Jurídica	1.522.544	9,49	1.467.751	9,42
Cambio - Pessoa Física e Jurídica	115.997	0,72	93.998	0,54
Total	16.039.363	100,00	15.575.831	100,00

e. Concentração dos principais devedores

Relação	30.06.2025		31.12.2025	
	Valor	%	Valor	%
Principal devedor	78.005	0,49	57.515	0,37
10 seguintes maiores devedores	335.511	2,09	271.408	1,74
20 seguintes maiores devedores	250.615	1,56	254.941	1,64
50 seguintes maiores devedores	187.845	1,17	200.685	1,29
100 seguintes maiores devedores	137.281	0,85	141.885	0,91
Demais devedores	15.050.106	93,83	14.649.416	94,05
Total	16.039.363	100,00	15.575.831	100,00

f. Realocação entre estágios pela perda esperada

Carteira de Crédito – Consolidado

Operações de crédito	Saldo inicial 31.12.2025	Novos/Liquidados (Amortizados)	Saldo final 30.06.2026
Empréstimos e Títulos descontados	13.729.501	435.165	14.164.669
Financiamentos	351.112	(4.414)	246.698
Financiamentos rurais e agroindustriais	129.687	(21.895)	107.799
Financiamentos imobiliários	1.455.431	54.576	1.520.107
Total	15.575.831	463.532	16.039.363

Carteira de Crédito – Estágio 1

Operações de Crédito	Saldo inicial 31.12.2025	Transferido para Estágio 2	Transferido para Estágio 3	Origens do Estágio 2	Origens do Estágio 3	Novos/ Liquidados/ Amortizados	Saldo final 30.06.2026
Empréstimos e Títulos descontados	13.043.345	(436.290)	(5.245)	109.179	13.638	692.852	13.364.679
Financiamentos	232.835	(43.985)	(55)	2.424	-	5.002	190.221
Financiamentos rurais e agroindustriais	80.245	(4.524)	(195)	1.145	-	4.073	80.645
Financiamentos imobiliários	1.428.018	(23.934)	(800)	31.617	-	55.818	1.492.599
Total	14.784.444	(517.893)	(5.295)	144.365	13.638	727.745	15.146.294

Carteira de Crédito – Estágio 2

Operações de Crédito	Saldo Inicial 31.12.2025	Transferido para Estágio 1	Transferido para Estágio 3	Ondados do Estágio 1	Ondados do Estágio 3	Novos/ Liquidados/ Amortizados	Saldo final 30.06.2026
Empréstimos e títulos descontados	167.919	(109.179)	(356.643)	439.290	57.180	(8.591)	189.977
Financiamentos	2.737	(2.424)	(34.790)	49.985	138	(164)	15.492
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.579	(1.145)	(7.427)	4.524	1.656	56	1.343
Financiamentos imobiliários	25.721	(31.617)	(5.244)	23.994	1.431	509	14.794
Total	199.956	(144.365)	(404.094)	517.893	60.405	(8.169)	321.686

Carteira de Crédito – Estágio 3

Operações de Crédito	Saldo Inicial 31.12.2025	Transferido para Estágio 1	Transferido para Estágio 2	Ondados do Estágio 1	Ondados do Estágio 2	Novos/ Liquidados/ Amortizados	Saldo final 30.06.2026
Empréstimos e títulos descontados	518.937	(13.838)	(57.180)	5.345	356.843	(219.094)	596.113
Financiamentos	15.540	.	(138)	65	34.750	(9.252)	40.966
Financiamentos rurais e agroindustriais	45.862	.	(1.665)	195	7.427	(26.026)	25.802
Financiamentos imobiliários	11.682	.	(1.431)	800	5.244	(1.652)	14.653
Total	591.431	(13.838)	(60.405)	6.295	494.094	(256.024)	671.553

Provisão – Consolidado

Operações de crédito	Saldo Inicial 31.12.2025	Novos/Liquidados/ Amortizados	Saldo final 30.06.2026
Empréstimos e títulos descontados	598.936	16.591	524.529
Financiamentos	20.262	12.101	32.363
Financiamentos rurais e agroindustriais	49.038	(18.843)	24.189
Financiamentos imobiliários	20.785	(7.269)	13.496
Total	588.643	1.554	594.597

Provisão – Estágio 1

Operações de Crédito	Saldo Inicial 31.12.2025	Transferido para Estágio 2	Transferido para Estágio 3	Ondados do Estágio 2	Ondados do Estágio 3	Novos/ Liquidados/ Amortizados	Saldo final 30.06.2026
Empréstimos e títulos descontados	74.021	(73.152)	(2.203)	1.560	56	79.956	80.536
Financiamentos	5.105	(6.592)	(46)	66	.	4.759	3.292
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.843	(1.023)	(195)	13	.	958	1.398
Financiamentos imobiliários	9.275	(1.822)	(423)	645	.	404	7.979
Total	90.644	(82.689)	(2.667)	2.584	56	86.077	93.205

Provisão - Estágio 2

Operações de Crédito	Saldo Inicial 31.12.2025	Transferido para Estágio 1	Transferido para Estágio 3	Ondados do Estágio 1	Ondados do Estágio 3	Novos/ Liquidados/ Amortizados	Saldo final 30.06.2026
Empréstimos e títulos descontados	63.278	(1.980)	(196.315)	73.162	10.875	62.784	11.914
Financiamentos	1.551	(56)	(22.345)	6.982	9	15.108	849
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.979	(13)	(4.845)	1.023	499	1.519	162
Financiamentos imobiliários	7.865	(845)	(2.765)	1.622	99	(8.148)	338
Total	74.673	(2.594)	(226.365)	82.689	11.482	73.263	13.263

Provisão - Estágio 3

Operações de Crédito	Saldo Inicial 31.12.2025	Transferido para Estágio 1	Transferido para Estágio 2	Ondados do Estágio 1	Ondados do Estágio 2	Novos/ Liquidados/ Amortizados	Saldo final 30.06.2026
Empréstimos e títulos descontados	371.636	(56)	(10.575)	2,203	196,315	(127,149)	432,076
Financiamentos	13,628	.	(9)	46	22,345	(7,765)	28,243
Financiamentos rurais e agroindustriais	20,417	.	(499)	195	4,845	(21,325)	22,633
Financiamentos imobiliários	3,645	.	(99)	423	2,765	(1,547)	5,177
Total	428,326	(56)	(11,482)	2,667	226,260	(157,786)	488,129

7.2 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e com base nessa classificação constituiu-se provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a taxas que variam entre 0% e 100%, em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Contas	01.01 até 30.06.2026	01.01 até 31.06.2025
Saldo no início do período	(593.043)	(470.027)
Ajustes da Res. 4.966/21	-	1.140
Provisões/Reversões constituídas	(263.240)	(252.041)
Valores baixados ou compensados com créditos	273.222	168.276
Saldo final do período	(583.061)	(552.652)
Outros créditos - Saldo no início do período	(1.213)	(3.483)
Ajustes da Res. 4.966/21	-	(1.355)
Provisões/Reversões constituídas	(10.696)	2.596
Valores baixados ou compensados com créditos	-	1.135
Outros créditos - Saldo no final do período	(11.909)	(1.187)
Saldo final do período	(594.970)	(553.759)

7.3 Movimentação da carteira reestruturada

Contas	30.06.2026	30.06.2025
Saldo no início do período	401.724	279.759
Renegociação	125.647	16.951
Recebimentos	(36.931)	(32.364)
Baixos	(51.597)	(12.205)
Saldo final do período	438.843	252.141
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	96.125	(25.265)
Percentual de Provisão da Carteira de Renegociação	21,90%	10,02%

7.4 Rendas de operações de crédito

Contas	2º Tr 2026	01.01 até 30.06.2026	2º Tr 2025	01.01 até 30.06.2025
Adiantamento a depositante	41	105	35	74
Empréstimo	624.332	1.624.341	773.018	1.507.180
Financiamentos	6.081	12.678	5.750	10.460
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	28.284	50.091	16.390	31.486
Financiamentos rurais	3.702	7.120	5.407	11.145
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	42.073	81.840	35.047	65.802
Total	904.513	1.776.176	835.647	1.627.147

8 Outros Créditos

Contas	30.06.2026	31.12.2025
Ativos Financeiros	369.741	345.476
Carteira de câmbio (a)	115.997	63.998
Créditos a receber	6.859	3.436
Devedores por depósitos em garantia (b)	115.523	109.025
Título a crédito a receber sem característica de concessão	3.286	2.171
Valores a receber a título de transações de pagamento (c)	128.076	146.846
Outros Ativos	513.480	347.699
Adiantamento e antecipações salariais	110.402	9.812
Adiantamento para pagamento	35.848	47.469
Imposto e contribuições a compensar	159.957	160.483
Pagamentos a ressarcir	2.493	2.436
Devedores diversos – País (d)	204.780	126.899
Total de ativos	883.221	692.575
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	(22.731)	(6.977)
Com característica de concessão de crédito (Notas 7.1 e 7.2)	(11.536)	(1.213)
Sem característica de concessão de crédito (e)	(11.195)	(5.764)
Circulante	860.490	685.598

(a) O saldo da carteira de câmbio está relacionado a rendas a receber de adiantamento concedidos e a exportação - letras a entregar e estão assim distribuídos:

Contas	30.06.2026	31.12.2025
Carteira de câmbio		
Rendas a receber de adiant. Concedidos	9.313	6.143
Exportação - letras a entregar	106.684	77.855
Total	115.997	83.998

(b) Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, conforme nota 16.

(c) O saldo de valores a receber relativos a transações de pagamento totalizam o valor de R\$ 128.076 em 30 de junho de 2026 (R\$ 146.846 em 31 de dezembro de 2025) e estão assim distribuídos:

Contas	30.06.2026	31.12.2025
BANPARÁ Mastercard		
Valores a faturar	19.606	25.592
Faturados a receber	42.421	43.265
Parcelado loja a agendar bandeira	65.949	77.989
Total	128.076	146.846

(d) O montante de devedores diversos totaliza R\$ 204.790 em 30 de junho de 2026 (R\$ 126.899 em 31 de dezembro de 2025), registrado principalmente pelos valores transitórios correspondentes às parcelas de empréstimos consignados, cujas liquidações ocorrem na primeira quinzena do mês subsequente, com o repasse dos órgãos consignantes.

(e) O saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sem característica de concessão soma o valor de R\$ 11.195 em 30 de junho de 2026 (R\$ 5.764 em 31 de dezembro de 2025), conforme demonstrativo abaixo:

Contas	30.06.2026	31.12.2025
Saldo no início do período	(5.764)	(7.999)
Provisões/Reversões constituídas	(5.431)	2.235
Saldo final do período	(11.195)	(5.764)

9 Imobilizado de uso e Intangível

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Imobilizado de Uso	Imobilizações em Curso	Imóveis em Uso	Móveis e Equip. de Uso	Equip. de Comunicação	Equip. de Proc. Dados	Equip. de segurança	Veículos	Total
Custo	83.108	69.074	31.292	10.572	124.274	15.949	171	324.440
Depreciação acumulada	0	(39.510)	(20.882)	(8.538)	(113.618)	(11.103)	(171)	(193.622)
Líquido 31.12.2025	83.108	29.564	10.410	2.034	10.656	4.846	0	130.618
Aquisições	1.300	0	809	0	1.033	120	0	3.262
Baixas custo	0	0	(820)	(379)	(1.081)	(818)	0	(3.478)
Baixas depreciação	0	0	517	378	1.959	818	0	3.473
Depreciação	0	(337)	(959)	(314)	(7.896)	(523)	0	(10.028)
Transferências	(80.130)	0	0	0	80.130	0	0	0
Movimentação líquida	(78.828)	(337)	(153)	(314)	73.264	(403)	0	(5.872)
Custo	4.279	69.074	31.380	10.194	203.476	15.451	171	324.024
Depreciação acumulada	0	(39.847)	(21.124)	(8.473)	(118.555)	(11.007)	(171)	(200.177)
Líquido 31.06.2026	4.279	29.227	10.257	1.721	84.920	4.444	0	123.847

Em 30 de junho de 2026, com a conclusão do projeto do data center, foi realizada a transferência do saldo total de R\$ 80.130 do grupo de imobilizado em andamento para o grupo de equipamentos de processamento de dados.

O Banco, buscando melhorias tecnológicas, vem investindo no seu intangível composto por softwares, os quais são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada em 20% ao ano, por intangíveis em curso que representam os sistemas que se encontram em desenvolvimento e, como ainda não foram concluídos, não sofrem amortização, e por outros ativos intangíveis que se referem, em sua maioria, a termos de cooperação realizados junto ao Governo do Estado do Pará destinado a integração da infraestrutura para rede de comunicação de dados, voz e imagem e por não terem vida útil definida não sofrem amortização e, quando aplicável, os valores são ajustados ao valor recuperável (*impairment*).

Intangível	Software	Intangível em curso	Marcas	Outros ativos intangíveis	Total
Custo	217.037	37.162	6.000	15.699	275.898
Amortização acumulada	(70.634)	0,00	(3.000)	(12)	(73.653)
Líquido 31.12.2025	146.403	37.162	3.000	15.687	202.248
Aquisições	36.167	9.779	1.500	3	48.469
Baixas custo	(35)	0,00	0,00	0,00	(35)
Baixas amortização	35	0,00	0,00	0,00	35
Amortização	(24.036)	0,00	(3.000)	0,00	(27.036)
Transferências	1.219	(1.219)	0,00	0,00	0,00
Movimentação líquida	15.410	8.480	(1.500)	3	22.373
Custo	236.508	45.622	7.500	15.702	325.333
Amortização acumulada	(94.685)	0,00	(6.000)	(15)	(100.715)
Líquido 31.03.2025	141.813	45.622	1.500	15.687	224.618

10. Depósitos e captações no mercado aberto

a. Composição por tipo de depósito

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os depósitos de poupança foram atualizados pela variação da TR e acrescidos de juros de 6% ao ano quando a SELIC for maior que 8,5% ao ano, ou por 70% da SELIC + TR quando a SELIC for menor que 8,5% ao ano; os depósitos a prazo são remunerados à taxa do CDI com vencimentos de 180, 360 até 1800 dias.

Contas	30.06.2026	31.12.2025
Circulante	11.695.700	8.499.746
Depósitos à vista	1.295.439	980.092
Depósitos do público	373.453	527.848
Depósitos de instituições financeiras	402	402
Depósitos vinculados	8.367	8.388
Depósitos de governo	913.217	443.454
Depósitos a prazo	7.882.853	5.235.565
Depósitos de poupança	2.209.223	2.145.141
Depósitos interfinanceiros	308.185	138.958
Não circulante	3.740.172	4.765.134
Depósitos a prazo	3.740.172	4.765.134
Total	15.435.872	13.264.880

O Banco mantém com o Banco Cooperativo do Brasil – BANCOOB, Banco do Estado de Sergipe – BANESE, Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES e Banco Cooperativo SICREDI S.A – SICREDI um acordo de compensação e liquidação de obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do art. 30 da Medida Provisória nº 2.192/70, de 24 de agosto de 2001.

A instituição realizou captação em Depósito Interfinanceiro com saldo de R\$ 308.185 em 30 de junho de 2026 foi realizada com reciprocidade mediante aplicação em Certificado de Depósito Interfinanceiro Rural junto ao Banco Cooperativo SICOOB S.A. – SICOOB, sendo amparada por acordo de compensação e liquidação de obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do art. 30 da Medida Provisória nº 2.192/70, de 24 de agosto de 2001.

b. Composição dos depósitos por vencimentos

Vencimento	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	30.06.2026	31.12.2025
Sem vencimento	1.295.439	1.104	308.185	2.209.223	3.813.951	3.265.466
Até 30 dias	-	57.771	-	-	57.771	219.060
De 31 a 60 dias	-	134.330	-	-	134.330	81.068
De 61 a 90 dias	-	59.572	-	-	59.572	141.777
De 91 a 180 dias	-	1.493.301	-	-	1.493.301	334.851
De 181 a 360 dias	-	5.509.956	-	-	5.509.956	4.457.524
Acima de 360 dias	-	4.366.891	-	-	4.366.891	4.765.134
Total	1.295.439	11.623.025	308.185	2.209.223	15.435.872	13.264.880

c. Composição por segmento de mercado

Composição	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	30.06.2026	31.12.2025
Sociedades ligadas	643.297	5.732.860	-	-	6.376.157	4.050.580
Pessoas físicas	243.699	1.609.775	-	2.152.151	4.005.626	3.919.442
Invest. institucionais	-	2.030	-	-	2.030	2.008
Instituição financeira	402	-	-	-	402	115.470
Pessoas jurídicas	132.269	3.211.451	-	57.072	3.400.792	3.963.026
Governo Municipal	270.057	1.065.804	-	-	1.335.861	1.067.757
Outros	5.716	1.104	308.185	-	315.004	146.697
Total	1.295.439	11.623.025	308.185	2.209.223	15.435.872	13.264.880

d. Captação no mercado aberto

Obrigações sobre valores tomados no mercado em curto prazo, lastreado por títulos da carteira própria e terceiros, composto da seguinte forma:

Letras financeiras do tesouro	30.06.2026	31.12.2025
Recompras a liquidar - Carteira própria	-	420.727
Total	-	420.727

e. Despesas de captação

	2º Tri 2026	01.01 até 30.06.2026	2º Tri 2025	01.01 até 30.06.2025
Depósitos de poupança	(40.166)	(80.154)	(36.968)	(72.107)
Depósitos interfinanceiros	(9.378)	(14.119)	(13.377)	(26.554)
Depósitos a prazo	(257.996)	(515.885)	(257.766)	(476.488)
Depósitos judiciais	(1)	(2)	(1)	(2)
Operações compromissadas – Carteira própria e terceiros	(202)	(3.120)	(25.965)	(48.254)
Letras financeiras	(64.070)	(127.644)	(40.132)	(74.957)
Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	(4.568)	(8.910)	(4.128)	(8.051)
Instrumentos com cláusulas de subordinação	(8.491)	(16.859)	-	-
Total	(384.871)	(766.593)	(378.338)	(706.433)

O aumento das despesas de captação entre os anos comparados é devido ao crescimento das despesas médias dos depósitos remunerados, os quais foram influenciados pelos constantes aumentos da taxa básica de juros (SELIC). A despesa de R\$ 14.119 em 30 de junho de 2026 (R\$ 26.554 em 30 de junho de 2025) refere-se à remuneração, à taxa de 100% do CDI, incidente sobre captações em Depósitos Financeiros. A despesa de R\$ 3.120 em 30 de junho de 2026 (R\$ 48.254 em 30 de junho de 2025) refere-se à remuneração sobre Operações compromissadas, negociadas à taxa pré-fixada (Selic consenso), divulgada diariamente pelo Bacen. A despesa de R\$ 16.859 em 30 de junho de 2026 refere-

se à remuneração à taxa de 2% a.a. acrescidos de 100% da Taxa do CDI da Letra Financeira Subordinada Nível II.

11. Relações Interfinanceiras

O montante de R\$ 142.013 em 30 de junho de 2026 (R\$ 139.049 em 31 de dezembro de 2025) refere-se, principalmente, a transações de pagamento em operações nacionais e internacionais.

	30.06.2026	31.12.2025
Cheques e outros papéis recebidos	1.448	-
Recebimentos Diversos	18.964	-
Transação de Pagamento	121.601	139.049
Total	142.013	139.049

12. Emissão de Títulos

	30.06.2026	31.12.2025
Circulante	656.422	688.197
Recursos de letras financeiras	656.422	688.197
Não circulante	2.065.793	1.916.126
Recursos de letras financeiras	1.834.768	1.702.050
Instrum. de Div. com Cfus. de Subordinação	230.935	214.076
Total	2.722.125	2.604.323

O montante de R\$ 2.722.125 em 30 de junho de 2026 (R\$ 2.604.323 em 31 de dezembro de 2025) refere-se a obrigações por letras financeiras emitidas pelo Banco, cujas taxas variam entre 106% e 107% do DI, com prazos de até 2 anos. Em decorrência da estratégia de negócios, o banco voltou a buscar captação de recursos financeiros junto a clientes. O saldo de R\$ 230.935 em 30 de junho de 2026 (R\$ 214.076, em 31 de dezembro de 2025), refere-se à captação por meio de Letra Financeira Subordinada, emitida com prazo de 10 anos e remuneração correspondente a 2% a.a. acrescidos de 100% da Taxa CDI, com objetivo de compor nível II do Patrimônio de Referência (nota 18).

13. Obrigações por Empréstimos e Repasses

	30.06.2026	31.12.2025
Obrigações por Empréstimos e Repasses		
No exterior	113.883	81.768
No país	162.392	228.527
Total	296.275	310.295

O montante de R\$ 296.275 em 30 de junho de 2026 (R\$ 310.295 em 31 de dezembro de 2025) refere-se a obrigações por empréstimo e repasses no país e no exterior. As captações no exterior se referem às captações (*funding*) realizadas pelo Banco, com o objetivo de custear a concessão de Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (ACC) e Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio Externo (ACE), oferecidos pela mesa primária às empresas que atendem aos requisitos para este tipo de crédito. A captação foi realizada a taxas médias de 7,0375% a.a. e com prazos variando entre 358 e 717 dias corridos, conforme os contratos estabelecidos. As captações no país se referem a empréstimos provenientes do FUNGETUR que objetiva o fomento do setor turístico e obrigações por repasses do BNDES para os demais setores.

14. Provisões

As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo do grupo "Provisões":

Contas	30.06.2026	31.12.2025
Circulante	222.881	194.240
Provisão com pessoal	89.342	94.498
Provisão com PLR	22.350	13.887
Provisão para outras despesas administrativas	52.206	50.474
Passivo para risco – Trabalhista	11.874	5.928
Passivo para risco – Civil	33.978	20.638
Passivo para risco – Tributária	-	5.549
Outros	3.131	3.260
Não circulante	13.128	28.030
Passivo para risco – Trabalhista*	4.974	14.161
Passivo para risco – Civil*	3.630	11.570
Passivo para risco - Tributário *	4.522	2.299
Total	236.007	222.270

* Vide nota 16

15. Outras Obrigações

Contas	30.06.2026	31.12.2025
Circulante	355,966	280,096
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	42.847	3.792
Socias e estatutárias	22.373	586
Fiscais e previdenciárias	40.165	48.990
Obrigações por convênios	13.987	10.158
Obrigações por prestação de serviços	165.716	158.034
Credores por recursos a liberar	21.653	19.739
Credores diversos – País (a)	25.414	11.271
Obrigações por transações de pagamento	1	-
Obrigações por serviços de instituidores de arranjo	1.388	1.115
Valores a pagar em moeda estrangeira	2.805	607
Recursos do FGTS para amortização	773	672
Dividendos	-	5.794
Passivo Atuarial (b)	18.159	18.330
Outras obrigações	685	928
Total	355,966	280,96

(a) O montante de credores diversos composta, principalmente, de operações com cartão de crédito, totalizou R\$ 25.414 em 30 de junho de 2026 (R\$ 11.271 em 31 de dezembro de 2025).

(b) refere-se principalmente às obrigações do patrocinador sobre o déficit apurado na avaliação atuarial sobre o plano de saúde oferecido a empregados e ex-empregados do Banpará (Nota 19.2).

16. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

O Banpará é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para riscos envolve ações trabalhistas, fiscais, cíveis, cessão de crédito rural, com coobrigação e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas, tendo como base a opinião de sua assessoria jurídica, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, convergente à norma internacional IAS 37, o Banco realiza acompanhamento contínuo das ações judiciais de natureza cível, trabalhista, tributária, em que figura como parte, e nos processos e operações integrantes de sua carteira de recuperação de crédito, com base em avaliações preparadas por seus

assessores jurídicos internos e externos, visando assegurar adequada mensuração e divulgação dos riscos e contingências nas Demonstrações Financeiras.

Movimentação das provisões judiciais

	30.06.2026			31.12.2025		
	Trabalhista	Cível	Tributário	Trabalhista	Cível	Tributário
No início do período	20.089	32.207	7.848	28.648	24.959	10.119
Atualização monetária	1.386	3.305	169	4.517	8.449	2.808
Constituições	923	6.473	27	826	7.446	-
Reversões	(4.146)	(3.904)	(3.522)	(9.192)	(10.604)	(5.079)
Pagamentos	(1.404)	(473)	-	(4.710)	1.956	-
No final do período	16.848	37.608	4.522	20.089	32.206	7.848
Dep. Judiciais	40.494	29.714	45.091	37.257	25.974	45.536

Previsão de desembolso para passivos contingentes

Vencimento	30.06.2026				31.12.2025			
	Trabalhista	Cível	Tributário	Total	Trabalhista	Cível	Tributário	Total
Até 1 ano	11.874	33.978	-	45.852	5.928	20.836	5.549	32.113
De 1 a 5 anos	4.974	3.630	4.522	13.126	14.161	11.538	2.299	27.998
Acima de 5 anos	-	-	-	-	-	32	-	32
Total	16.848	37.608	4.522	58.978	20.089	32.206	7.848	60.143

O cronograma de desembolso apresentado baseia-se na melhor estimativa disponível na data-base das Demonstrações Financeiras. Contudo, o tempo de tramitação dos processos judiciais e administrativos, bem como eventuais mudanças na jurisprudência dos tribunais superiores, podem impactar o valor final e o prazo efetivo de liquidação dessas contingências.

Nos termos do CPC 25, as provisões são reconhecidas quando existe obrigação presente resultante de evento passado, cuja liquidação seja considerada provável e cujo valor possa ser estimado com confiabilidade. Os valores classificados como risco médio não geraram constituição de provisão contábil, sendo divulgados apenas para fins informativos, uma vez que, na data-base, não se caracteriza saída provável de recursos.

Os depósitos judiciais permanecem registrados no ativo e não são compensados com as provisões reconhecidas, exceto quando houver direito legalmente exequível de compensação.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alteração na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores e o cronograma esperado de desembolso.

a. Contingências Trabalhistas, Provisões e Depósitos Judiciais

Na data-base de 31 de dezembro de 2025, o Banco possuía 438 processos trabalhistas discutidos judicialmente, sendo que 221 ações possuem depósitos judiciais vinculados, registrados no ativo circulante, no montante de R\$ 37.257. Já em 30 de junho de 2026, o Banco possuía 453 processos trabalhistas discutidos judicialmente, sendo que 206 ações possuem depósitos judiciais vinculados, registrados no ativo circulante, no montante de R\$ 40.494, permanecendo à disposição do juízo até decisão final das respectivas demandas. As contingências trabalhistas estão classificadas conforme avaliação de risco de perda, da seguinte forma:

	30.06.2026		31.12.2025	
Probabilidade de perda	Valor envolvido (R\$)	Valor provisionado (R\$)	Valor envolvido (R\$)	Valor provisionado (R\$)
Provável (100%)	16.848	16.848	20.089	20.089
Possível (50%)	78.626	-	65.497	-
Depósitos judiciais trabalhistas	40.494		37.257	

As provisões estão concentradas principalmente em ações trabalhistas individuais, relacionadas a discussões sobre remuneração, enquadramento funcional e jornada de trabalho.

Provisões trabalhistas – (risco provável)

A composição das principais provisões por assunto jurídico é apresentada a seguir:

Tese trabalhista	Valor provisionado (R\$)	%
INCORPORAÇÃO DE COMPLEMENTO DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO	5.372	32%
HORA EXTRA	2.834	17%
HORA EXTRA - APLICAÇÃO DO DIVISOR 150 (6 HRS) E 200 (6 HRS)	1.520	9%
INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO	1.278	8%
RESPONSABILIDADE CIVIL (DANO MORAL E/OU MATERIAL)	1.182	7%
DOENÇA OCUPACIONAL	897	4%
VINCULO EMPREGATÍCIO	887	3%
DIFERENÇA SALARIAL - SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL	520	3%
EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA	481	3%
PISO SALARIAL	420	2%
DIFERENÇAS SALARIAIS	329	2%

A Administração entende que as provisões registradas refletem a melhor estimativa de desembolso esperado para as obrigações classificadas como perda provável, considerando o estágio processual das ações, o histórico de decisões judiciais em casos semelhantes e as avaliações de seus assessores jurídicos.

Os depósitos judiciais trabalhistas referem-se principalmente a valores realizados para garantia de juízo ou cumprimento de determinações judiciais, permanecendo registrados no ativo da Companhia até o trânsito em julgado das respectivas ações ou levantamento autorizado pelo Poder Judiciário.

Contingências trabalhistas classificadas como possíveis

Os processos classificados como risco possível, não provisionados contabilmente, totalizavam R\$ 65.497 em 31 de dezembro de 2025 e 78.025 em 30 de junho de 2026.

Principais teses:

Tese trabalhista	Valor provisionado (R\$)
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO - DECLARAÇÃO DE NATUREZA SALARIAL	40.965
HORA EXTRA	10.303
DESCARACTERIZAÇÃO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA	7.902
HORA EXTRA - APLICAÇÃO DO DIVISOR 160 (6 HRS) E 200 (8 HRS)	4.313
DESCONSTITUIÇÃO DE DECISÃO	3.501
INCORPORAÇÃO DE COMPLEMENTO DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO	3.423
PENALIDADE DISCIPLINAR - REGULARIDADE DA PENA APLICADA	2.150
DIFERENÇAS SALARIAIS	1.101
RESTITUIÇÃO DE VALORES	958
DANOS MORAIS - EMPREGADO VÍTIMA (DIRETA) DE ASSALTO/SEQUESTRO	622

b. Contingências Cíveis, Provisões e Depósitos Judiciais

Na data-base de 31 de dezembro de 2025, o Banco possuía 3.854 processos judiciais de natureza cível, sendo que 135 ações possuem depósitos judiciais vinculados, registrados no ativo não circulante, no montante de R\$ 25.974. Já em 30 de junho de 2026, o Banco possuía 4.802 processos judiciais de natureza cível, sendo que 155 ações possuem depósitos judiciais vinculados, registrados no ativo circulante, no montante de R\$ 29.714, permanecendo à disposição do juízo até o encerramento definitivo das respectivas demandas. As contingências cíveis encontram-se classificadas conforme avaliação de risco de perda, da seguinte forma:

Probabilidade de perda	30.06.2026		31.12.2025	
	Valor envolvido (R\$)	Valor provisionado (R\$)	Valor envolvido (R\$)	Valor provisionado (R\$)
Provável (100%)	37.607	37.607	32.206	32.206
Possível (50%)	194.608	-	144.819	-
Depósitos judiciais cíveis	29.714		25.974	

Natureza das demandas cíveis

As contingências cíveis do Banco estão predominantemente associadas a demandas individuais de clientes, envolvendo discussões sobre:

- Relações de consumo bancário
- Operações de crédito

- Responsabilidade civil por supostos danos morais ou materiais
- Contestação de operações financeiras
- Alegações de fraude ou movimentações indevidas em conta

Provisões cíveis – principais teses jurídicas (Risco provável)

A composição das provisões classificadas como perda provável demonstra concentração em demandas relacionadas a operações bancárias e relações de consumo:

Tese / assunto jurídico	Valor provisionado (R\$)	%
RESTITUIÇÃO DE VALORES	6.940	18%
NÃO DEFINIDO	5.781	15%
RELAÇÕES DE CONSUMO	4.762	13%
GOLPE/FRAUDE	4.206	11%
LIMITAÇÃO DE DESCONTOS EM 30% - SUPERENDIVIDAMENTO	2.351	6%
EMPRÉSTIMO CONSIGNADO	2.341	6%
RESPONSABILIDADE CIVIL (DANO MORAL E/OU MATERIAL) - VÍCIO NO SERVIÇO	1.962	5%
RETENÇÃO DE SALÁRIO	1.734	5%
CONT. DE FINANCIAMENTO	791	2%
SAQUES FRAUDULENTOS	764	2%

De modo geral, essas demandas envolvem questionamentos sobre operações financeiras, supostos débitos indevidos, contestação de contratos de crédito e alegações de falha na prestação de serviços bancários.

Contingências cíveis classificadas como possíveis

Os processos classificados como risco possível, não provisionados contabilmente, totalizavam R\$ 144.819 em 31 de dezembro de 2025 e 194.608 em 30 de junho de 2026.

Principais teses:

Tese trabalhista	Valor provisionado (R\$)
ATOS NOTARIAIS	R\$ 257
CARTÃO DE CRÉDITO	R\$ 7
CÉDULA RURAL / CÉDULA COMERCIAL / CÉDULA RURAL HIPOTECÁRIA / CÉDULA INDUSTRIAL / CÉDULA BANCÁRIA	R\$ 4.139
COBRANÇA ADMINISTRATIVA	R\$ 177
CONCURSO PÚBLICO	R\$ 18
CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	R\$ 32
CONTRATO CONTA POUPANÇA / CONTRATO CONTA CORRENTE / CONTRATO DE CONFISSÃO / CONTRATOS ADMINISTRATIVOS / CONTRATO CONTA SALÁRIO / CONTRATO PRESTAÇÃO SERVIÇO / CONT. DE FINANCIAMENTO	R\$ 76.830
DIREITO IMOBILIÁRIO	R\$ 534
EMPRÉSTIMO CONSIGNADO	R\$ 2.915
EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA	R\$ 513
FALSIFICAÇÃO DE CHEQUES	R\$ 410
FUNDO DE INVESTIMENTO / FGTS	R\$ 240
GOLPE/FRAUDE	R\$ 14.144
LIMITAÇÃO DE DESCONTOS EM 30% - SUPERINDIVIDUAMENTO	R\$ 13.642
PLANO ECONÔMICO / ÓRGÃO DE RESTRIÇÃO DE CRÉDITO - SERASA/SPC / PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - CAFBEP / MULTICRED / PORTABILIDADE	R\$ 42.698
RESTITUIÇÃO DE VALORES / RESPONSABILIDADE CIVIL (DANO MORAL E/OU MATERIAL) - VÍCIO NO SERVIÇO / RELAÇÕES DE CONSUMO / RESTITUIÇÃO DE VALORES / RESPONSABILIDADE CIVIL (DANO MORAL E/OU MATERIAL) - VÍCIO NO SERVIÇO / PRESTADORES DE SERVIÇO / PROCESSOS LICITATÓRIOS / RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO	R\$ 35.027
SAQUES FRAUDULENTOS / SAQUE NÃO RECONHECIDO / SEGURO DE VIDA / SAQUES Q/ CARTÃO MAGNÉTICO / TRANSFERÊNCIAS INDEVIDAS	R\$ 3.025

c. Processos Tributários, Provisões e Depósitos Judiciais

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco figurava como parte em 22 processos tributários, distribuídos da seguinte forma: 13 processos em esfera administrativa e 9 processos no âmbito judicial. Do total de ações judiciais, 5 processos possuem depósitos judiciais vinculados, registrados no ativo não circulante, no montante de R\$ 45.536. Já em 30 de junho de 2026 o Banco figurava como parte em 20 processos tributários, distribuídos da seguinte forma: 10 processos em esfera administrativa e 10 processos no âmbito judicial. Do total de ações judiciais, 4 processos possuem depósitos judiciais vinculados, registrados no ativo não circulante, no montante de R\$ 45.091, os quais permanecem à disposição do juízo até decisão definitiva. As contingências tributárias encontram-se classificadas conforme avaliação de risco de perda, nos seguintes níveis:

	30.06.2026		31.12.2025	
Probabilidade de perda	Valor envolvido (R\$)	Valor provisionado (R\$)	Valor envolvido (R\$)	Valor provisionado (R\$)
Provável (100%)	4.522	4.522	7.848	7.848
Possível (50%)	17.136	-	27.985	-
Depósitos judiciais tributários	45.091		45.536	

A análise dos processos demonstra que o contencioso tributário do Banco está concentrado nas seguintes linhas de discussão jurídica:

Discussões sobre CSLL

Refere-se a processos envolvendo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Essa demanda está relacionada, em geral, a:

- Interpretações divergentes quanto à base de cálculo da CSLL;
- Autuações fiscais decorrentes de revisões de apuração do lucro tributável;
- Discussões administrativas ou judiciais sobre aplicação de normas fiscais e compensações tributárias.

Discussões envolvendo IRPJ

Refere-se a processos envolvendo Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). As controvérsias estão associadas principalmente a:

- Questionamentos sobre ajustes fiscais na apuração do lucro real;
- Interpretações divergentes da legislação relativa a deduções, compensações ou bases de cálculo.

O Banco permanece monitorando continuamente a evolução dos processos tributários, revisando periodicamente as avaliações de risco e estimativas contábeis, de modo a refletir adequadamente os efeitos potenciais dessas demandas nas Demonstrações Financeiras.

Contingências tributários classificadas como possíveis

Os processos classificados como risco possível, não provisionados contabilmente, totalizavam R\$ 27.985 em 31 de dezembro de 2025 e 17.136 em 30 de junho de 2026.

Principais teses:

Tese trabalhista	Valor provisionado (R\$)
AUTO DE INFRAÇÃO - COMPENSAÇÃO DE TRIBUTOS	R\$ 7.057
PROCESSO ADMINISTRATIVO - COMPENSAÇÃO DE TRIBUTOS	R\$ 10.079

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado em 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco:

Acionista	30.06.2026		31.12.2025	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,9767	9.519.433	99,9767
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,0079	755	0,0079
Administradores	10	0,0002	17	0,0002
Demais Acionistas	1.451	0,0152	1.444	0,0152
Total	9.521.649	100,000	9.521.649	100,000

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo Banpará em circulação:

Espécie e classe de ação	30.06.2026				31.12.2025			
	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de ações	% Ações em circulação	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de ações	% Ações em circulação
ON	9.519.443	2.206	9.521.649	0,023	9.519.449	2.200	9.521.649	0,023

(1). Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

(2). Totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

b. Reserva Legal e Estatutária

Conforme previsto na Lei n 6.404.76, antes de qualquer distribuição, é destinado 5% do lucro do Banco para constituição da reserva legal, que tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. A reserva estatutária é calculada em até 70% do lucro, conforme definido pelo estatuto social do Banco.

c. Dividendos/juros sobre capital próprio

O Banco adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado, em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social do Banpará e art. 202 da Lei nº 6.404/76. Por conseguinte, em conformidade com o capítulo VII do Estatuto Social e da Política de Distribuição de Dividendos, o Banco distribui dividendos obrigatórios ao final do exercício, podendo no intervalo distribuir dividendos intermediários e/ou intercalares.

Em 29/04/2026, foi deliberado o pagamento de dividendos referentes ao resultado apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 76.326, equivalente a R\$ 8,016007 por ação.

Cabe destacar que dos dividendos atribuídos na forma estabelecida no Estatuto Social, no Plano de Capital e na Política de Dividendos do Banpará, foram deduzidos o valor de R\$ 41.910, equivalente a R\$ 4,401499 bruto por ação pagos a título de Juros sobre o Capital Próprio, aprovados pelo Conselho de Administração em 15 de setembro de 2025 efetivamente pagos em 30 de setembro de 2025.

Desta forma, o saldo remanescente dos dividendos no montante de R\$ 34.416, equivalente a R\$ 3,614508997 por ação e será no dia 21 de maio de 2026.

18. Gestão de Risco Financeiros e de Capital

Risco de crédito:

Risco de crédito é a possibilidade de perdas decorrentes do inadimplemento da contraparte, da deterioração da qualidade de crédito ao longo do tempo, da necessidade de reestruturação de instrumentos financeiros ou dos custos associados à recuperação de exposições classificadas como ativos problemáticos.

Na concessão de crédito para pessoas físicas (PF) e pessoas jurídicas (PJ), o Banpará avalia, de forma integrada, informações internas e externas relacionadas à capacidade de pagamento, situação econômico-financeira, nível de endividamento,

geração de caixa, histórico de crédito, qualidade da gestão, garantias, relacionamento com a instituição, setor de atuação e demais fatores relevantes para a mensuração do risco de crédito.

O Banpará constitui provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de seus ativos financeiros, em conformidade com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e pela Resolução BCB nº 352/2023.

A provisão é mensurada de forma prospectiva, considerando a expectativa de perdas de crédito ao longo da vida das operações, conforme o estágio de risco de crédito atribuído a cada exposição. A metodologia adotada contempla modelos estatísticos internos e parâmetros de risco, incluindo a probabilidade de inadimplência (PD – Probability of Default), a exposição no momento do inadimplemento (EAD – Exposure at Default), a perda esperada em caso de inadimplência (LGD – Loss Given Default), o fator de conversão de crédito (CCF – Credit Conversion Factor), quando aplicável, além de informações prospectivas e cenários econômicos.

As operações são classificadas em três estágios para fins de mensuração da provisão:

- **Estágio 1:** operações que não apresentam aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, para as quais são reconhecidas perdas esperadas para os próximos 12 meses;
- **Estágio 2:** operações que apresentam aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo reconhecidas perdas esperadas para toda a vida da operação;
- **Estágio 3:** operações classificadas como ativos problemáticos, para as quais são reconhecidas perdas esperadas para toda a vida da operação, considerando a expectativa de recuperação dos créditos, quando aplicável.

A classificação das operações nos estágios de risco considera critérios quantitativos e qualitativos, incluindo, entre outros fatores, a deterioração da qualidade de crédito.

As operações classificadas como ativos problemáticos permanecem nessa condição até que sejam atendidos os critérios de cura estabelecidos pela regulamentação vigente.

A provisão para perdas esperadas é revisada mensalmente, refletindo as alterações na qualidade de crédito das exposições, nas expectativas de recuperação, nas garantias vinculadas e nas condições econômicas prospectivas. Eventuais alterações nos parâmetros e premissas utilizados nos modelos de mensuração são avaliadas periodicamente, visando assegurar que a provisão constituída represente adequadamente as perdas esperadas associadas à carteira de crédito.

Gerenciamento de capital:

O Banpará realiza o monitoramento e controle de capital adotando uma postura prospectiva, de forma a antever cenários e antecipar a necessidade de capital, em função de possíveis mudanças nas condições de mercado e/ou estratégias de negócio, permitindo assim, um gerenciamento contínuo do capital, atendendo aos órgãos reguladores. Buscando esse objetivo, o gerenciamento de capital mantém uma equipe profissional com conhecimento, capacidade e experiência necessários para trabalhar os elementos abrangidos pela gestão do capital tais como: monitoramento do Patrimônio de Referência – PR e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA; os impactos das oscilações das parcelas de RWA no índice de Basileia - IB e no Plano de Capital; o acompanhamento e compatibilização do Planejamento Estratégico com a suficiência de capital do Banco; a realização de simulações que impactem no capital (testes de estresse) e quando da prospecção de novos produtos e/ou alteração de regra de negócio; a elaboração e revisão do Plano de Capital do Banpará e os reportes do processo de gerenciamento de capital aos Órgãos de Governança da Instituição, mensalmente ou tempestivamente.

O gerenciamento de capital é um processo que engloba atividades conjuntas desenvolvidas pelo Conselho de Administração, Comitê de Riscos Estatutário, pela Diretoria de Controle, Risco e Relações com Investidores – Dicri, pelo Comitê de Planejamento Estratégico, pela Área de Planejamento Estratégico e Estudos

Econômicos, pela Área de Gestão de Risco Financeiro, e por todas demais unidades envolvidas no processo.

Dentre os documentos que compõem o ambiente de gestão e os processos inerentes à estrutura de gerenciamento de capital do Banpará, destacam-se:

- As políticas e estratégias que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pelo Banco;
- Plano de Capital, abrangendo o horizonte de cinco anos, cujo objetivo é avaliar se há necessidade de capital, para fazer face aos riscos a que a Instituição está exposta, considerando o Planejamento Estratégico do período, para isto, são verificados os requerimentos mínimos de capital exigidos pelo Órgão Regulador e o apetite ao risco definido na Declaração de Apetite por Riscos-RAS;
- Plano de Contingência de Capital, que estabelece um conjunto de ações e responsabilidades a serem adotados em situações de deficiência de capital, indicando as ações mitigadoras que recomponham o capital aos níveis aceitáveis;
- A Declaração de Apetite por Riscos – RAS, tem por objetivo definir os tipos de riscos e os respectivos níveis que o Banco está disposto a assumir para atingir os seus objetivos estratégicos e os requisitos regulatórios;
- Programa de Testes de Estresse, que estabelece um conjunto de cenários e premissas de estresse que aplicados à Instituição permitem avaliar, de forma prospectiva, a capacidade de suportar perdas potenciais em situações extremas e adversas;
- Relatórios gerenciais periódicos (mensais, trimestrais, anuais e tempestivos) sobre a adequação dos níveis do PR aos riscos incorridos e das parcelas que compõem os Ativos Ponderados pelo Risco – RWA e o risco de taxa de juros da carteira bancária - IRRBB.

O Índice de Basileia - IB representa a relação entre o Patrimônio de Referência - PR e os ativos ponderados pelo risco - RWA. Conforme regulamentação em vigor, o Índice de Basileia demonstra a solvência da empresa. Estão previstos os limites mínimos de capital de 8,00% para o PR, 6,00% para o índice de Nível I e 4,50% para o índice de Capital Principal. O adicional de capital - ACP exigido, é de 2,50%, totalizando em 10,50% para o Índice de Basileia, 8,50% para o Nível I e 7,00% para o Capital Principal.

Abaixo, segue a tabela (valores em mil) da composição do Patrimônio de Referência (PR), dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e do Índice de Basileia (IB):

Descrição	30.06.2026	31.12.2025
Patrimônio de Referência - PR	2.250.589	2.254.484
Nível I	2.018.654	2.040.419
Capital Principal	2.018.654	2.040.419
Capital Social	1.881.601	1.881.601
Reservas de Capital, Reavaliação e de Lucros	352.045	380.887
Sobras ou Lucros Acumulados	100.805	-
Contas de Resultado Credoras	-	-
Contas de Resultado Devedoras*	-	-
Perdas Não Realizadas de Ajustes de Avaliação Patrimonial, Exceto de Hedge de Fluxo de Caixa	(90.179)	(19.604)
Ajustes Prudenciais*	(224.618)	(202.245)
Nível II	230.935	214.075
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	13.442.562	13.534.415
Exposição ao Risco de Crédito - RWA_{CRD}	12.300.743	11.920.763
Exposição ao Risco de Mercado - RWA_{MRD}	16.753	43.587
Exposição ao Risco de Variação da Taxa de Juros Prefixadas - RWA_{TJX}	4.062	6.988
Exposição ao Risco de Variação Cambial - RWA_{CMB}	12.691	36.598
Exposição ao Risco de Variação Qualidade Creditícia Contraparte - RWA_{CQK}	1	1
Exposição ao Risco Operacional - RWA_{OPR}	1.125.066	1.570.085
IRRRB	299.409	298.710
Valor da Margem Sobre PR**	538.711	534.670
Índice de Basileia Banpará - IB	16,74%	16,66%

* Os saldos das Contas de Resultado Devedoras, Ajustes Prudenciais (At. Intangíveis) e Perdas não Realizadas - De ajustes de Avaliação Patrimonial exceto Hedge de Fluxo de Caixa reduzem o valor de PR.

** Para o cálculo do valor da margem sobre PR foi considerado o saldo do IRRB e o saldo do ACPConservação (conta 953 do DLO).

*** Os ajustes do nível II estão demonstrados na Nota 12.

Análise de resultado de capital no período

Em 30 de junho de 2026, o PR foi de R\$ 2.250.589, apresentando uma retração de 0,17% em relação a 31 de dezembro de 2025, devido ao aumento nos saldos das contas de Perdas de Ajustes de Avaliação Patrimonial e de Ajustes Prudenciais (Ativos Intangíveis).

O montante da parcela de RWA, em 30 de junho de 2026, totalizou R\$ 13.442.562, reduzindo 0,68% em relação a 31 de dezembro de 2025. A diminuição foi em decorrência da retração das parcelas de exposição ao Risco Operacional –

RWAOPAD em 28,34% e de exposição ao Risco de Mercado – RWAMPAD em 61,57%.

Em 30 de junho de 2026, o IB registrado foi de 16,74%, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador, apresentando um crescimento de 0,08 p.p. em comparação a 31 de dezembro de 2025.

Acompanhamento do IRRBB

O Banpará acompanha o risco de taxa de juros por meio do IRRBB (*Interest Rate Risk of Banking Book*), definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira para os instrumentos classificados na carteira bancária. A mensuração do IRRBB é realizada por meio das abordagens Δ EVE e Δ NII, conforme circular Bacen nº 3.876/18 e alterações, que define:

- Δ EVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento, desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.
- Δ NII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento das abordagens e da metodologia de alocação de capital para o IRRBB é realizado verificando a margem sobre o PR, conforme conta 953 do Documento de Limites Operacional – DLO. No acompanhamento do IRRBB para 30 de junho de 2026, verificou-se um aumento de alocação de capital em 0,23%. Nesse contexto, o Banpará apresenta margem sobre o PR de R\$ 539.711 mil, alocando capital suficiente para cobrir o risco de taxas de juros da carteira bancária.

Risco de Mercado:

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela

Instituição, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações. Ainda, segundo essa Resolução, o risco de mercado inclui a variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação, bem como, o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Com objetivo de identificar e mensurar os instrumentos que expõem a Instituição ao risco de mercado, é calculado e monitorado diariamente o VaR (*Value at Risk*) paramétrico para a carteira de negociação, segregado por fator de risco, fazendo uso da metodologia EWMA (*Exponentially Weighted Moving Average*), para o horizonte de 1 dia, com 95% de confiança.

Exposições Sujetas ao Risco de Mercado		
Valores em Mil		
Fator de Risco	30.06.2026	31.12.2025
	Valor Exposto ¹	Valor Exposto ¹
PRÉ	8.658	7.535
USD	3.112	2.874
EURO	1.503	2.474
Total	13.273	12.983

¹ Valor Exposto: Ativo – Passivo.

A exposição ao risco prefixado é atribuída a posse de títulos do tesouro nacional pré-fixados classificados na carteira de negociação. A exposição cambial advém dos saldos das moedas estrangeiras, dólar e euro, mantidas em espécie e de parte dos empréstimos em dólar que não estão *hedged*.

Análise de Sensibilidade:

A análise de sensibilidade é realizada para a carteira de negociação e considera o fator taxa de juros (exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas) e moedas estrangeiras (exposições sujeitas à variação cambial – USD e EUR). Dessa forma, foram aplicados choques nos seguintes cenários:

- Cenário Provável:

- Os choques para a taxa de juros basearam-se na mediana das projeções para a taxa Selic que estará vigente no fechamento do terceiro trimestre de 2026, divulgadas no Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central e que haviam sido realizadas nos últimos cinco dias úteis anteriores ao dia 30/06/2026. Nesta data, a expectativa do mercado era a manutenção da Taxa Selic em 14,00% a.a.
- Para o dólar, a expectativa dos analistas, conforme o mesmo sistema, é de que a cotação atinja R\$ 5,20 no fechamento do terceiro trimestre de 2026.
- Para o euro, utilizando a correlação da cotação em reais do par USD/EUR com base no histórico de dois anos (0,5533), a cotação esperada é de R\$ 5,92.

➤ **Cenário Possível:**

- Considerando o histórico taxa Selic Meta nos últimos 2 anos, pode-se afirmar que, com um intervalo de confiança de 95%, a variação esperada para intervalos trimestrais, está entre -129 bps e +274 bps. Desta forma, utilizamos para a análise de sensibilidade o choque mais desfavorável ao Banco (+274 pontos base).
- Analisando a variação da cotação do dólar para o mesmo período, com o mesmo intervalo de confiança, a variação esperada para intervalos trimestrais, está entre -10,01% e +7,53%. Utilizamos para a análise de sensibilidade o choque mais prejudicial ao Banpará (-10,01%).
- Para o euro, a variação trimestral esperada ficou entre -7,46% e +6,54%. Utilizamos para a análise de sensibilidade o choque mais desvantajoso ao Banpará (-7,46%).

Os cenários utilizados para as análises acima estão em conformidade com a Resolução CVM nº 121/2022.

Análise de sensibilidade – Exposições Sujetas ao Risco de Mercado

Valores em Mil

Cenários	Fatores de Risco						Total da Perda			
	Taxa de Juros		USD		EURO					
	30.06.2024	31.12.2025	30.06.2025	31.12.2025	30.06.2025	31.12.2025	30.06.2025	% PR	31.12.2025	% PR
Provável	18	53	14	-155	2	-14	34	0,00%	-116	-0,01%
Possível	-192	-303	-311	1211	-112	-103	-615	-0,03%	605	0,04%

A análise de sensibilidade da carteira de negociação demonstra baixo impacto no Patrimônio de Referência - PR, atribuível ao fato de que o valor exposto ao Risco de Mercado representou apenas 0,60% do total do PR do Banco.

Risco de Liquidez:

O Banpará, em conformidade com a Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez e com a Resolução CMN n.º 4.557/2017 e alterações, utiliza estratégias e processos que permitem gerenciar de forma efetiva e prudente a capacidade de pagamento da Instituição e a manutenção adequada do estoque de ativos de alta liquidez (HQLA) que possam ser prontamente convertidos em caixa quando necessário. Assim, são elaborados cenários prospectivos, em situações normais e de estresse financeiro, moderado e agressivo, como forma de verificar o aumento da exposição ao risco de liquidez.

Nesse contexto, são realizadas projeções de fluxo de caixa para o período de 90 (noventa) dias úteis, as quais permitem avaliar, frente aos limites mínimos de liquidez, possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Mensalmente, também é monitorado o Índice de Gap Médio (IG), que possibilita a observação do descasamento de entradas e saídas, para 30 (trinta), 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias úteis, diferenciando fluxos de ativos e passivos e considerando a expectativa de renovação das operações de crédito e financeiras. Os resultados são reportados aos Órgãos de Governança da Instituição, via relatórios mensais ou

tempestivos, com o intuito de remeter situações que possam comprometer os índices e limites mínimos de liquidez.

No encerramento do primeiro trimestre de 2026, os estoques de ativos de alta liquidez do Banpará permaneceram acima dos limites mínimos estabelecidos na RAS, mantendo a capacidade financeira para honrar as obrigações esperadas e inesperadas.

Risco social, ambiental e climático:

O risco social, ambiental e climático refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes da violação de direitos e garantias fundamentais ou atos lesivos ao interesse comum; da degradação do meio ambiente e uso excessivo dos recursos naturais; do processo de transição para uma economia de baixo carbono, bem como de intempéries frequentes e/ou severas.

No Banpará, a gestão do risco social, ambiental e climático está inserida na estrutura organizacional da Diretoria de Controle, Risco e Relações com Investidores (DICRI) e é compartilhada entre a Gerência de PRSAC e ESG (GEASG) e a Gerência de Modelagem de Risco Social, Ambiental e Climático (GERAC). A GEASG é responsável pela gestão das diretrizes e ações relacionadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), à agenda ESG e ao gerenciamento do risco social, ambiental e climático da Instituição. A GERAC é responsável pela avaliação, controle e mitigação do risco social, ambiental e climático no processo de concessão de crédito.

A gestão de risco social, ambiental e climático visa minimizar o risco financeiro, reputacional e de imagem, além de incentivar medidas voltadas à identificação de riscos climáticos nas atividades e operações do Banpará, observados os princípios de relevância e proporcionalidade, bem como, reafirmar o compromisso da Instituição com a responsabilidade social, ambiental e climática na área de atuação, colaborando para o crescimento econômico sustentável, a preservação do meio ambiente e a promoção de boas práticas na gestão social.

Para mitigar a ocorrência de perdas associadas risco social, ambiental e climático (RSAC), são realizadas avaliações nas operações de crédito destinadas à carteira de pessoas jurídicas, que consideram as atividades econômicas exercidas pelos clientes, a finalidade do recurso e informações obtidas por meio de consultas em bases externas e de formulários específicos preenchidos pelos tomadores de crédito.

A metodologia de classificação consiste na avaliação combinada dos fatores de conformidade e governança social, ambiental e climática do cliente. Esses fatores contemplam a verificação da regularidade das atividades perante a legislação, padrões de gestão e análise de histórico de ocorrências, consultados em fontes externas.

O modelo utilizado para classificação visa atender, principalmente, as Resoluções nº 4.557/2017, nº 4.943/2021, nº 4.945/2021, Resolução CONAMA nº 237/1997, Resolução COEMA nº 162/2021, Normativo SARB nº 14/2014 e nº 26/2023, Normas Regulamentadoras 1 (NR 1), 4 (NR 4), 7 (NR 7), 9 (NR 9).

Para a carteira comercial pessoa física, a mitigação de risco concentra-se na prevenção do superendividamento dos clientes. Para isso, o Banpará constitui em suas políticas internas níveis máximos de endividamento de maneira individual, por produto, por modalidade de crédito e limite global. Essas métricas estão suportadas nos legados de riscos e de crédito implantados na instituição. Adicionalmente, a área de risco realiza o monitoramento periódico da carteira, identificando clientes com potencial situação de superendividamento e reportando os casos às áreas de crédito responsáveis pela adoção das medidas cabíveis para regularização e adequação das operações.

O acompanhamento do risco social, ambiental e climático, para a carteira de crédito pessoa jurídica, é realizado pelo monitoramento das classificações RSAC geradas no processo de concessão. As operações que apresentam maiores níveis de exposições,

são monitoradas em conjunto com as agências de relacionamento para adoção de medidas de regularização.

19. Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde

a. Plano de contribuição definida – PREVRENDA

O Banco do Estado do Pará - BANPARÁ patrocina o Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA administrado e executado pelo ICATU - Fundo Multipatrocinado, estruturado na modalidade de Contribuição Definida - CD, sendo de contribuição definida com benefícios de risco na fase de captação (saldo projetado) e contribuição definida na fase de percepção dos benefícios.

O Plano é composto por contribuições do Patrocinador e dos Participantes na forma estabelecida pelo plano de custeio elaborado anualmente pelo ICATU-FMP), possuindo ainda como cobertura o Saldo contabilizado como Fundo Previdencial - Outros Previstos em Nota Técnica Atuarial.

O Plano oferece os seguintes benefícios:

- a) Renda temporária;
- b) Benefício por morte e por invalidez do participante ativo;
- c) Benefício por morte do participante em gozo de benefício; e
- d) Pecúlio por morte e invalidez.

Considerando a modalidade do Plano, este não apresenta os riscos de sobrevivência, investimentos, liquidez e de mercado, apenas o custeio dos benefícios de risco pelo Patrocinador.

Em conformidade com o Pronunciamento CPC 33_R1, o Plano Prevrenda está segregado em duas parcelas: Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD), conforme demonstrado na tabela a seguir:

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Obrigações Atuariais	(3.436)	(262.439)	(265.875)
Ativo Justo	5.346	262.439	267.785
(Déficit) / Superávit	1.910	-	1.910

A avaliação atuarial do Plano Prevrenda apurou superávit técnico na parcela de Benefício Definido, uma vez que o valor justo dos ativos do plano excede o valor presente das obrigações atuariais. Em 30 de junho de 2026, o superávit apurado corresponde a R\$ 1.910.

Conforme estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), a existência de superávit atuarial não implica, necessariamente, o reconhecimento integral desse montante como ativo contábil da patrocinadora. O valor do ativo líquido reconhecido encontra-se limitado ao benefício econômico disponível à patrocinadora, seja na forma de restituições de recursos do plano ou de reduções de contribuições futuras.

A análise efetuada demonstrou que não existem benefícios econômicos disponíveis à patrocinadora na data-base da avaliação. Dessa forma, embora exista superávit técnico no plano, o valor a ser reconhecido é nulo, sendo o superávit atuarial integralmente compensado pelo efeito do teto do ativo (asset ceiling).

Discorreremos, a seguir, sobre a verificação das hipóteses atuárias e econômicas vinculadas ao Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA na data base de 30 de maio de 2026, utilizadas nesta Avaliação Atuarial.

Hipóteses atuariais e econômicas

Para fins de apuração da *Duration* do Passivo foram utilizadas as seguintes Hipóteses e Premissas Atuariais:

Premissas atuariais	30/06/2026	31/12/2025
Taxa anual nominal para desconto da obrigação atuarial (1)	<u>12,29% (real 7,94% e inflação 4,03%)</u>	<u>11,69% (real 7,21% e inflação 4,18%)</u>
Taxa de inflação de longo prazo (2)	4,03%	4,18%
Crescimento salarial	3,00%	3,00%
Entrada em aposentadoria	Primeira elegibilidade	Primeira elegibilidade
Tábua de mortalidade geral	<u>AT-2012 IAM Basic, segreg. por sexo</u>	<u>AT-2012 IAM Basic, segreg. por sexo</u>
Tábua de mortalidade de inválidos	<u>MI-85, segregada por sexo</u>	<u>MI-85, segregada por sexo</u>
Tábua de entrada em invalidez	<u>TASA 1927 agravada em 100%</u>	<u>TASA 1927 agravada em 100%</u>
Tábua de rotatividade	0,125/(TS+1)	0,125/(TS+1)
Fator de capacidade	98%	N/I

As Hipóteses e Premissas Atuariais são devidamente acompanhadas e monitoradas, sendo que essas foram submetidas a Estudos Técnicos de Aderência, restando aplicáveis e aderentes ao Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA, em consonância com a legislação aplicável, categorizadas como habilitadas para a presente Avaliação Atuarial.

Para estimativa da taxa de desconto utilizada são consideradas as taxas indicativas dos rendimentos esperados por títulos públicos federais representados por papéis NTN-B, indexados à inflação do IPC-A, conforme projeção efetuada e divulgada pela ANBIMA para a posição mais próxima da data da avaliação atuarial. É adotada a taxa de desconto dos títulos compatíveis com o prazo médio estimado de pagamentos dos benefícios pós-emprego - *duration*. Caso não haja títulos públicos com a mesma *duration* avaliada para o plano, será adotada a interpolação linear na estimativa. A taxa de desconto que foi utilizada na avaliação atuarial foi estimada com base em títulos NTN-B para a posição de 30 de junho de 2026.

Plano	Duration (anos)	Taxa real de desconto (%)
Plano Previdência	8,25	7,94%
Plano de Assistência Médica	22,26	7,64%

Na data-base do estudo atuarial o Plano estava composto da seguinte forma:

Plano Previdência - Ativos (Titulares)	30/06/2026	31/12/2025
Quantidade de participantes	1.587	1.576
Idade média (anos)	46	46
Tempo de serviço (anos)	16	16
Salário médio (em R\$)	14	14

A composição do passivo/(ativo) atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2025 e 30 de junho de 2026 e de acordo com CPC 33 (R1) é demonstrada a seguir:

APURAÇÃO DO PASSIVO (ATIVO) LÍQUIDO	31/12/2025	30/06/2026
1 Déficit(Superávit) apurado		
1 Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	3.471	3.436
2 Valor justo dos ativos do plano	(4.639)	(5.346)
3 Déficit(Superávit) apurado	(1.168)	(1.910)
2 Efeito do Teto do Ativo, Passivos Adicionais e Risk sharing		
1 Efeito do Teto de Ativo	1.169	1.910
2 Passivos Adicionais	-	-
3 Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	1.169	1.910
3 Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33(R1)		
1 Passivo/(Ativo) líquido apurado (A.1.3 + A.2.3)	-	-

RECONHECIMENTO DOS CUSTOS DO PLANO NO PERÍODO	31/12/2025	30/06/2026
1 Resultado do Período		
1 Custo do serviço corrente líquido	143	161
2 Custo de juros sobre as obrigações atuariais	-	-
a) Custo de juros sobre as obrigações atuariais	192	210
b) Juros sobre o valor justo de quaisquer ativos do plano	(264)	(273)
c) Juros esperados sobre o Efeito do Teto de Ativo, Passivos Adicionais e Risk sharing	72	63
3 Remensurações de outros benefícios de longo prazo a empregados	-	-
4 Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Período	143	161
2 Outros Resultados Abrangentes (ORA) no período		
1 (Ganhos)/perdas nos ativos do plano	393	(522)
2 (Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	82	(257)
3 (Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo, nos Passivos Adicionais e Risk sharing	(540)	678
4 Remensurações de outros benefícios de longo prazo no Resultado do Período	-	-
5 (Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(65)	(101)
3 Reconciliação do Passivo/(Ativo) reconhecida		
1 Passivo/(ativo) no fim do período anterior	-	-
2 Despesa/(receita) reconhecida no Resultado do Período	143	161
3 (Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(65)	(101)
4 Contribuições do empregador	(77)	(60)
5 Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-
6 Passivo/(ativo) no fim do período	-	-

DEMONSTRAÇÃO DAS MUDANÇAS NOS VALORES DIVULGADOS	31/12/2025	30/06/2026
1 Valor justo dos ativos do plano		
1 Valor justo dos ativos no fim do período anterior	4.802	4.639
2 Juros sobre o valor justo de quaisquer ativos do plano	264	273
3 Benefícios pagos no período utilizando os ativos do plano	(171)	(208)
4 Contribuições de participante realizadas no período	69	60
5 Contribuições do empregador realizadas no período	77	60
6 Ganhos/(perdas) no valor justo dos ativos do plano	(393)	522
7 Valor justo dos ativos no fim do período	4.638	5.345
2 Obrigações Atuariais		
1 Obrigações atuariais no início do período	3.165	3.471
2 Custo de serviço corrente contempla contribuições efetivas	202	221
3 Custo de juros sobre as obrigações atuariais	192	210
4 Benefícios pagos no período	(171)	(208)
5 Impacto de reduções e liquidações	-	-
6 (Ganhos)/Perdas nas obrigações atuariais	62	(256)
a) Premissas demográficas	333	-
b) Premissas financeiras	(275)	(196)
c) Ajustes pela experiência	24	(60)
7 Obrigações atuariais no fim do período	3.470	3.436
3 Teto do Ativo, Requisitos de Funding Mínimo e Risk sharing		
1 Efeito no fim do período anterior	1.637	1.169
2 Juros esperados	72	63
3 (Ganhos)/Perdas no efeito	(540)	678
4 Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais no fim do período	1.169	1.910

PROJEÇÃO DOS CUSTOS DO PLANO PARA O PERÍODO SEGUINTE	31/12/2025	30/06/2026
1 Resultado do Período projetado para o período seguinte		
1 Custo do serviço corrente líquido	161	119
2 Custo de juros sobre as obrigações atuariais	210	198
3 Juros sobre o valor justo de quaisquer ativos do plano	(273)	(323)
4 Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo, Passivos Adicionais e Risk sharing	63	117
5 Despesa/(receita) a reconhecer até o fim do período seguinte	161	111

Ativos do plano de benefícios

Plano Prevenda	Valor Contábil (R\$)	Ajuste a Valor de Mercado (+/-) (R\$)	Valor de Mercado (R\$)	Valor de Mercado (%)
Disponível	170	-	170	0,05%
Realizável - Gestão Previdencial	2.684	-	2.684	1,00%
Realizável - Gestão Administrativa	303	-	303	0,11%
Títulos Públicos	-	-	-	0,00%
Créditos Privados	-	-	-	0,00%
Fundos de Investimento - Multimercado	265.249	-	265.249	98,82%
Fundos de Investimento - Outros	-	-	-	0,00%
Investimento Imobiliário	-	-	-	0,00%
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	0,00%
Outros realizáveis	-	-	-	0,00%
(=) Ativo Total	268.406	-	268.406	100,00%

VALOR JUSTO DOS ATIVOS (EM R\$)	30/06/2026
Ativo total	288.406
(-) Exigível Operacional	(154)
(-) Exigível Contingencial	-
(-) Fundos Previdenciais	-
(-) Fundos Administrativos	(303)
(-) Fundos para Garantia de Operações com Participantes	(227)
(-) Saldos em Contribuição Definida	(261.281)
(-) Dívidas das patrocinadoras	-
(+/-) Ajuste a valor de mercado (parcela BD)	-
(=) Valor justo dos ativos do plano	6.441
Projeção para a data de avaliação atuarial	62
(-) Contribuições e (+) Benefícios	(1.158)
(=) Valor justo dos ativos do plano	5.345

Análise de sensibilidade

Análise de Sensibilidade	31/12/2025	30/06/2026
Taxa de juros real - Aumento de:	+0,25%	+0,25%
Obrigação de Benefício Definido	3.414	3.373
Impacto (%)	-1,62%	-1,63%
Taxa de juros real - Redução de:	-0,25%	-0,25%
Obrigação de Benefício Definido	3.528	3.501
Impacto (%)	1,67%	1,63%

Fluxo de caixa	30/06/2026
1 Fluxo de caixa esperado para o próximo exercício	
1 Contribuições esperadas de patrocinadora (anual)	126
2 Contribuições esperadas de participante (anual)	126
3 Pagamentos esperados de benefícios do plano (anual)	
Ano 1	436
Ano 2	267
Ano 3	377
Ano 4	403
Ano 5	434
Próximos 5 anos	3.063

19.2 Plano de saúde

O Banco oferece plano de saúde a seus funcionários ativos e inativos. O Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial é oferecido por empresa operadora de mercado na forma da Lei nº 9.656/98 e legislação posterior pertinente à matéria, notadamente a Resolução Normativa nº 211/2010-ANS, constituindo-se em plano coletivo por adesão cuja contratação decorre de processo licitatório na forma da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 13.303/2016.

O Plano de Saúde é custeado por contribuição média de cada beneficiário, independente da faixa-etária, que para fins de cálculo foi considerado o valor de R\$ 449,27 (quatrocentos e quarenta e nove reais e vinte e sete centavos) reajustado anualmente, com base na sinistralidade de ambas as carteiras.

O Banco é responsável pelo pagamento da diferença cobrada em face das mensalidades e o desconto realizado aos participantes empregados. Os ex-empregados pagam integralmente as mensalidades cobradas pela UNIMED.

Categoria	Desembolso 01/2026 a 06/2026	Proporção
Empregados	R\$ 6.667.796	44,42%
Banpará	R\$ 8.341.439	55,58%
Total	R\$ 15.009.236	100,00%

No que se refere à obrigação relacionada ao Plano de Saúde, identificam-se dois componentes de custo atribuíveis ao Banco: um de natureza direta, decorrente de obrigação prevista em Acordo Coletivo de Trabalho, e outro de natureza indireta, associada à permanência de ex-empregados no plano após o desligamento.

Resumo da obrigação atuarial	
Ex-Empregados	5.441
Custo	15.628
Contribuição	(10.187)
Empregados	25.195
Custo	68.981
Contribuição	(43.785)
Total	30.637
Custo direto	1.132
Empregados	13.610
Banpará	18.159

Considerando a permanência dos ex-empregados na mesma carteira, fica caracterizado o custo indireto a ser custeado pelo Banco e os atuais empregados, uma vez que o custo dos ex-empregados (idade elevada) é superior a mensalidade cobrada, sendo rateada entre todos.

Na data base desta Avaliação Atuarial o Plano estava composto da seguinte forma:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Empregados		
Quantidade	2.382	2.412
Idade média (anos)	45,03	44,67
Tempo de serviço (anos)	14,64	14,26
Ex-empregados		
Quantidade	82	87
Idade média (anos)	72,94	72,87
Dependentes (Ex-empregados)		
Quantidade	57	58
Idade média (anos)	60,72	60,34

Premissas atuarias

Descrição	30.06.2026	31.12.2025
Taxa anual nominal para desconto da obrigação atuarial (1)	11,98% (real 7,64% e inflação 4,03%)	11,70% (real 7,22% e inflação 4,18%)
Taxa de inflação de longo prazo (2)	4,03%	4,18%
Inflação médica real - HCCTR	4,34%	6,00%
Aging factor	1,49%	1,53%
Entrada em aposentadoria	70 anos (ACT)	70 anos (ACT)
Tábua de mortalidade geral	AT-2012 IAM Basic, segreg. por sexo	AT-2012 IAM Basic, segreg. por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85, segregada por sexo	MI-85, segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927 agravada em 100%	TASA 1927 agravada em 100%
Tábua de rotatividade	0,125/(TS+1)	0,125/(TS+1)
Composição familiar	Ativos: 60% casados. Masc. 3 anos mais velho Assistidos: Família real	Ativos: 60% casados. Masc. 3 anos mais velho Assistidos: Família real

(1) Taxa real de desconto estimada com base em títulos NTN-B na posição de 30/06/2026;

(2) Informação disponibilizada pela Patrocinadora.

Resultados apresentados

APURAÇÃO DO PASSIVO (ATIVO) LÍQUIDO	31/12/2025	30/06/2026
1 Déficit(Superávit) apurado		
1 Obrigações atuarias apuradas na avaliação atuarial	18.329	18.169
2 Valor justo dos ativos do plano		
3 Déficit(Superávit) apurado	18.329	18.169
2 Efeito do Teto do Ativo, Passivos Adicionais e Risk sharing		
1 Efeito do Teto de Ativo	-	-
2 Passivos Adicionais	-	-
3 Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	-	-
3 Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 (R1)		
1 Passivo/(Ativo) líquido apurado (A.1.3 + A.2.3)	18.329	18.169

RECONHECIMENTO DOS CUSTOS DO PLANO NO PERÍODO	31/12/2025	30/06/2026
1 Resultado do Período		
1 Custo do serviço corrente líquido	359	459
2 Custo de juros sobre as obrigações atuariais	1.101	1.111
a) Custo de juros sobre as obrigações atuariais	1.101	1.111
b) Juros sobre o valor justo de quaisquer ativos do plano	-	-
c) Juros esperados sobre o Efeito do Teto de Ativo, Passivos Adicionais e Risk sharing	-	-
3 Remensurações de outros benefícios de longo prazo a empregados	-	-
4 Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Período	1.459	1.600
2 Outros Resultados Abrangentes (ORA), no período		
1 (Ganhos)/perdas nos ativos do plano	-	-
2 (Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	(312)	(1.690)
3 (Ganhos)/perdas no efeito do Teto de Ativo, nos Passivos Adicionais e Risk sharing	-	-
4 Remensurações de outros benefícios de longo prazo no Resultado do Período	-	-
5 (Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(312)	(1.690)
3 Reconciliação do Passivo/(Ativo) reconhecido		
1 Passivo/(ativo) no fim do período anterior	17.234	18.329
2 Despesa/(receita) reconhecida no Resultado do Período	1.459	1.600
3 (Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(312)	(1.690)
4 Contribuições do empregador	(52)	(80)
5 Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-
Passivo/(ativo) no fim do período	18.329	18.159

DEMONSTRAÇÃO DAS MUDANÇAS NOS VALORES DIVULGADOS	31/12/2025	30/06/2026
1 Valor justo dos ativos do plano		
1 Valor justo dos ativos no fim do período anterior	-	-
2 Juros sobre o valor justo de quaisquer ativos do plano	-	-
3 Benefícios pagos no período utilizando os ativos do plano	(52)	(81)
4 Contribuições da participante realizadas no período	-	-
5 Contribuições do empregador realizadas no período	52	81
6 Ganhos/(perdas) no valor justo dos ativos do plano	-	-
7 Valor justo dos ativos no fim do período	-	-
2 Obrigações Atuariais		
1 Obrigações atuariais no início do período	17.234	18.329
2 Custo de serviço corrente contemple contribuições efetivas	359	489
3 Custo de juros sobre as obrigações atuariais	1.101	1.111
4 Benefícios pagos no período	(52)	(81)
5 Impacto de reduções e liquidações	-	-
6 (Ganhos)/Perdas nas obrigações atuariais	(312)	(1.690)
a) (Ganhos)/ Perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	333	-
b) (Ganhos) / Perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(1.146)	(1.612)
c) (Ganhos) / Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(4.478)	(78)
7 Obrigações atuariais no fim do período	18.329	18.159
3 Teto do Ativo, Requisitos de Funding Mínimo e Risk sharing		
1 Efeito do Teto de Ativo, Passivos Adicionais e Risk sharing no fim do período anterior	1.637	1.169
2 Juros esperados sobre o Efeito do Teto de Ativo, Passivos Adicionais e Risk sharing	-	-
3 (Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto de Ativo, Passivos Adicionais e Risk sharing	-	-
4 Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais no fim do período	-	-

PROJEÇÃO DOS CUSTOS DO PLANO PARA O PERÍODO SEGUINTE	31/12/2025	30/06/2026
1 Resultado do Período projetado para o período seguinte		
1 Custo do serviço corrente líquido	489	434
2 Custo de juros sobre as obrigações atuariais	1.111	1.083
3 Juros sobre o valor justo de quaisquer ativos do plano	-	-
4 Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo, Passivos Adicionais e Risk sharing	-	-
5 Despesa/(receita) a reconhecer até o fim do período seguinte	1.600	1.517

FLUXO DE CAIXA		30/06/2026
Fluxo de caixa esperado para o próximo exercício		
1 Contribuições esperadas do patrocinadora (anual)		169
2 Contribuições esperadas de participante (anual)		
3 Pagamentos esperados de beneficiários do plano (anual)		
Ano 1		169
Ano 2		239
Ano 3		321
Ano 4		416
Ano 5		524
Próximos 5 anos		4.858

Análise de Sensibilidade

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE	31/12/2025	30/06/2026
Taxa de juros real - Aumento de:	+ 0,25%	+ 0,25%
Obrigação de Benefício Definido	17.642	17.288
Impacto (%)	-3,75%	-4,80%
Taxa de juros real - Redução de:	- 0,25%	- 0,25%
Obrigação de Benefício Definido	19.094	19.094
Impacto (%)	4,17%	5,15%
Inflação média real - Aumento de:		+0,50%
Obrigação de Benefício Definido		20.156
Impacto (%)		11,00%
Inflação média real - Redução de:		-0,50%
Obrigação de Benefício Definido		16.419
Impacto (%)		-9,58%

20 Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas do Banco são divulgadas em atendimento à Resolução CVM nº 94/2022 e Resolução CMN nº 4.818/20, essas transações são efetuadas em condições usuais de mercado, incluindo prazos, taxas de juros e garantias, não envolvendo riscos anormais de recebimento. As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias praticadas no mercado.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em contas correntes (não remunerados), depósitos a prazo remunerados, nos mesmos termos e condições praticados com seus clientes. Em relação ao acionista controlador estão incluídas as transações com os órgãos da Administração

Direta do Governo do Estado do Pará, que mantém operações bancárias com esta instituição financeira.

Nesse contexto, as transações com partes relacionadas observam também as determinações da Lei Complementar nº 105/2001, conhecida como Lei do Sigilo Bancário, que determina que as instituições financeiras devam guardar sigilo sobre suas operações ativas e passivas, além de serviços prestados. Assim, os saldos de produtos e serviços bancários das partes relacionadas são totalizados para divulgação ao mercado, nos termos da Lei do Sigilo Bancário.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	30.06.2026	31.12.2025
Estado do Pará	5.504.373	4.050.585
Depósitos à vista - (Nota Explicativa nº 10 c)	570.036	393.377
Depósitos a prazo - (Nota Explicativa nº 10 c)	4.934.337	3.657.203
ICATU FMP	111	927
Depósitos à vista	111	927

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração da Diretoria Executiva, dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Comitês Estatutários, conforme determina o Estatuto Social do Banco. No período as remunerações estão demonstradas a seguir:

Remuneração e participações dos administradores	2º Tr 2026	30.06.2026	2º Tr 2025	30.06.2025
Remuneração	786	1.788	581	1.781
Pessoal chave da administração	447	1.111	521	1.060
Outras partes relacionadas	339	677	360	721
Participação nos lucros e resultados	625	2.801	(28)	246
Pessoal chave da administração	625	2.801	(28)	246

O Banco não oferece benefícios pós-emprego à pessoal chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

Outras informações:

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas desde que cumpram os requisitos presentes na legislação vigente.

Descrição	30.06.2026	31.12.2025
Pessoal chave da administração	2.199	2.753
Outras partes relacionadas	2.030	2.236
Total	4.229	4.989

Em 30 de junho de 2026 o Banco possui o valor total era de R\$ 4.229 (R\$ 4.989 em 31 de dezembro de 2025) em operações de crédito com partes relacionadas.

Participação acionária:

Em 30 de junho de 2026, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banpará no total de 10 ações.

21 Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura em 30 de junho de 2026 é de R\$ 257.351.

22 Imposto de renda, contribuição social, ativo e passivo fiscal diferido

Demonstração do cálculo de imposto de renda e contribuição social

DESCRIÇÃO	2º Tr 2026		01.01. até 30.06.2026		2º Tr 2025		01.01. até 30.06.2025	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Resultado antes da tributação e participações	113.902	94.195	212.984	174.089	89.511	80.424	165.519	135.129
Participações no lucro	(14.772)	(14.771)	(26.510)	(26.510)	(14.147)	(14.147)	(22.028)	(22.028)
Resultado antes da tributação	99.132	79.424	186.474	147.579	75.364	66.277	143.491	113.099
Resultado antes da Tributação	99.132	79.424	186.473	147.579	75.364	66.277	143.491	113.099
Adições (Exclusões)	(4.424)	11.291	(10.489)	29.535	109.407	119.197	251.405	263.235
Base de Cálculo	94.708	90.695	175.985	177.117	184.771	185.474	394.896	376.334
Alíquota Normal (15% e 20%)	15.822	13.598	35.203	35.565	38.955	27.821	78.980	58.449
Adicional do imposto de Renda (10%)	-	9.060	-	17.100	-	18.541	-	37.621
IR e CSLL Devidos	15.822	22.658	35.203	52.665	38.955	46.362	78.980	96.070
Programa de Alimentação ao Trabalhador	-	-	-	-	-	-	-	-
Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-
Prorrogação da Licença Maternidade/Paternidade	-	(123)	-	(390)	-	(169)	-	(401)
IR e CSLL a Pagar	15.822	22.535	35.203	52.275	38.955	46.193	78.980	95.669

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% incidente sobre o lucro excedente a R\$ 20.000,00 mensais. A contribuição social sobre o lucro líquido para as empresas financeiras e equiparadas é calculada a alíquota de 20%.

a. Impostos Correntes

Em razão de limitações operacionais decorrentes do processo de adequação à Resolução CMN nº 4.966/2021, no primeiro semestre de 2025 o Banco apurou as antecipações mensais de IRPJ e CSLL pelo regime de estimativa com base na receita bruta, nos termos da IN RFB nº 1.700/2017. Superadas essas limitações, a partir de setembro de 2025 o Banco retomou a apuração com base em balancetes de suspensão ou redução, procedimento adotado no primeiro semestre de 2026.

Dessa forma, considerando que os valores dos dois períodos foram determinados com base em metodologias distintas, as informações relativas ao primeiro semestre de 2025 e ao primeiro semestre de 2026 não são diretamente comparáveis, razão pela qual não são apresentadas em quadro comparativo um ao lado do outro.

A partir de dezembro de 2023 o Banpará passou a deduzir 5% do cálculo do IRPJ nos termos da Lei nº 6.321/76 em decorrência de ação judicial, protocolada junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

b. Ativos Fiscais Diferidos - Créditos Tributários Ativados

O tratamento tributário das perdas incorridas no recebimento de créditos era exclusivamente regulamentado pela Lei nº 9.430/96. Sob esse regime, as perdas de todas as pessoas jurídicas, incluindo as instituições financeiras, eram tratadas de forma indistinta, gerando um significativo descasamento entre o tratamento contábil, regido pela Resolução 2.682, e o tratamento tributário. Esse desalinhamento resultava em um expressivo volume de ativos fiscais diferidos, autuações frequentes e altos custos de conformidade.

Com a edição da Resolução CMN nº 4.966/2021 e, posteriormente, da Resolução BCB nº 352/2023, além da Lei nº 14.467/2022, houve uma reformulação no tratamento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito, buscando maior convergência com padrões internacionais e as recomendações de Basileia III.

Essas normas introduzem um regime específico que permite a dedução progressiva das perdas incorridas, com base em critérios como inadimplência de 90 dias e os fatores de provisionamento A e B, estabelecidos pela Lei nº 14.467/2022.

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 387.376 (trezentos e oitenta e sete milhões, trezentos e setenta e seis mil reais), relativo às diferenças temporárias de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões judiciais trabalhistas, provisão para outros créditos, provisão licença prêmio, provisão ações cíveis, provisão para benefício pós emprego e provisão para títulos e valores mobiliários, ativas de 2015 a 2026, sendo o total decorrente da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e a 20% de CSLL até junho de 2026.

O procedimento de baixa dos créditos registrados no Ativo Fiscal Diferido das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito será realizado com base nas perdas transferidas para Créditos Baixados para Prejuízo, efetivamente deduzidas no cálculo mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.842/2020. Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Movimentação dos créditos tributários de IRPJ e CSLL

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação até 30 de junho de 2026:

Créditos Tributários	31.12.2025	30.06.2026		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária-IRPJ	217.689	75.725	(78.205)	215.209
Diferença Temporária-CSLL	174.151	60.580	(62.564)	172.167
Total	391.840	136.305	(140.769)	387.376

Em 30 de junho de 2026, o Banco efetuou a ativação do montante de R\$ 387.376 (R\$ 391.840 em 31 de dezembro de 2025) de Ativos Fiscais Diferidos – Diferença Temporária, provenientes de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões judiciais trabalhistas, provisão para outros créditos, provisão licença prêmio, provisão ações cíveis, benefício pós emprego e provisão para títulos e valores mobiliários, sendo que R\$ 140.769 foram realizados ao longo do período.

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado através de Estudo Técnico, na forma estabelecida pelo CMN.

Créditos Tributários	31.12.2025	30.06.2026		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Dif. Temp. - PGLD	347.356	118.458	(135.783)	330.031
Dif. Temp. - Trabalhista	9.040	715	(2.173)	7.582
Dif. Temp. - Prov. Outros Créditos	3.530	8.418	-	11.947
Dif. Temp. - Prov. Licença Prêmio	11.627	796	(1.490)	10.933
Dif. Temp. - Prov. Cíveis	14.493	2.430	-	16.923
Dif. Temp. - Marcação a Mercado	-	92	(92)	-
Dif. Temp. - Desv. Cred. Vinc.	-	515	(515)	-
Dif. Temp. - Benef. Pós Emprego	5.639	2.610	(77)	8.171
Dif. Temp. - Aplic. Liquid. e TVM	155	2.273	(639)	1.789
Total	391.840	136.305	(140.769)	387.376

O quadro abaixo apresenta a previsão de realização dos valores de ativos fiscais diferidos ativos provenientes de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para outros créditos, provisões judiciais trabalhistas, provisão licença prêmio, provisão ações cíveis, provisão para títulos e valores mobiliários e benefício pós emprego.

Projeção de realização	2026	2027	2028	2029	2030	2031 a 2035	Total
Crédito Tributário de I.R.	(36.582)	(32.281)	(30.129)	(25.828)	(23.677)	(66.712)	(215.209)
Crédito Tributário de C. Social	(28.266)	(25.824)	(24.104)	(20.662)	(18.941)	(53.370)	(172.167)
Total dos créditos	(65.848)	(58.105)	(54.233)	(46.490)	(42.618)	(120.082)	(387.376)
Taxa média de captação a.a. (%)	10,13	24,61	41,53	60,68	82,36	242,40	-
Valor presente do crédito tributário	(59.791)	(46.629)	(38.319)	(28.933)	(23.370)	(48.573)	(245.615)

c. Ativos fiscais diferidos não registrados

Os créditos tributários não ativados em 30 de junho de 2026 totalizavam R\$ 2.845 (R\$ 4.342 em 31 de dezembro de 2025). Em 31 de dezembro de 2025, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Contas	31.12.2025		30.06.2026				
	Saldo	Ativo Fiscal Diferido	Reversão	Constituição	Ativação	Saldo	Ativo Fiscal Diferido
Prov. para Riscos Fiscais	7.845	3.532	(3.423)	97	-	4.522	2.035
Prov. para Outros Valores e Bens	1.800	810	-	-	-	1.800	810
Total das Adições Temporárias	9.645	4.342	(3.423)	97		6.322	2.845

d. Passivos fiscais diferidos

Em 30 de junho de 2026 o Banco registrou passivo fiscal tributário diferido no montante de R\$ 10.280 relativos a ajustes positivos de marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de atualização de depósitos tributários federais.

CONTAS	31.12.2025	30.06.2026		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Atualiz. Dep. Tributários Federais	10.211	1.653	(584)	11.280
Total	10.211	1.653	(584)	11.280

e. Reforma Tributária sobre o Consumo (CBS e IBS)

A Administração do Banco acompanha continuamente os desdobramentos da Reforma Tributária sobre o Consumo, instituída pela Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, e regulamentada, entre outros normativos, pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que instituiu a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e o Imposto Seletivo, e pela Lei Complementar nº 227, de 13 de janeiro de 2026, que instituiu o Comitê Gestor do IBS (CGIBS), disciplinou o contencioso administrativo do IBS e promoveu alterações à Lei Complementar nº 214, de 2025.

Nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, os serviços prestados por instituições financeiras estão sujeitos a regime específico de tributação (arts. 181 a 233), no qual a base de cálculo do IBS e da CBS é composta pelas receitas das operações, com as deduções previstas para cada modalidade de serviço (art. 185), o que resulta, na prática, na tributação pela margem de intermediação (spread) nas operações de crédito, com alíquota de referência reduzida e direito a créditos sobre aquisições. A referida legislação também instituiu o mecanismo de recolhimento no momento da liquidação financeira das operações (split payment), aplicável, entre outros, aos prestadores de serviços de pagamento, cuja regulamentação técnica vem sendo progressivamente disponibilizada pelo Comitê Gestor do IBS e pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

O exercício de 2026 corresponde ao período de teste do novo modelo tributário, no qual são aplicadas alíquotas simbólicas de 0,9% para a CBS e 0,1% para o IBS (arts. 343 e 346 da Lei Complementar nº 214, de 2025), sendo os contribuintes que cumprirem as obrigações acessórias correspondentes dispensados do recolhimento efetivo desses tributos sobre os fatos geradores ocorridos no período (art. 348, § 1º, da mesma Lei Complementar). Dessa forma, a fase de teste não produz, até o momento, efeitos de caixa para o Banco.

No primeiro semestre de 2026, foram registrados avanços relevantes na regulamentação operacional do novo modelo tributário. Em 19 de junho de 2026, o Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil editaram o Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 3/2026, cuja documentação técnica foi disponibilizada em 22 de junho de 2026, oficializando a versão 1.1.0 dos leiautes e especificações técnicas da Declaração de Regimes Específicos (DeRE), obrigação acessória prevista na Lei Complementar nº 214, de 2025, aplicável, entre outros, às instituições financeiras. A publicação representa um importante avanço no processo de implementação da obrigação acessória, ao oficializar os leiautes, especificações técnicas e tabelas referentes, entre outros, ao evento de Balancete Mensal (D-1101), da categoria de Eventos Periódicos, bem como ao disponibilizar eventos já homologados em ambiente de produção restrita, incluindo informações relacionadas ao balancete mensal, às aplicações financeiras e aos títulos de dívida.

Embora a documentação técnica tenha evoluído significativamente, a implementação da DeRE permanece em fase gradual, com parte dos eventos ainda em processo de especificação e homologação pelas autoridades fiscais. Dessa forma, as instituições financeiras continuam promovendo as adequações necessárias em seus sistemas, processos e controles internos para atendimento às futuras exigências operacionais, em consonância com o cronograma oficial de implantação da Reforma Tributária.

Nesse contexto, a Administração entende que, até 30 de junho de 2026, a evolução normativa ocorrida não produziu impactos contábeis relevantes nas demonstrações financeiras intermediárias do Banco, elaboradas em conformidade com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, uma vez que as alterações divulgadas concentram-se, predominantemente, na definição de requisitos técnicos e operacionais para futura implementação de obrigações acessórias, e considerando que, no exercício de 2026, não há efeito de caixa decorrente da fase de teste do novo modelo tributário. A Administração não identificou, até a presente data, obrigação presente que enseje o reconhecimento de provisão nos termos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O Banco encontra-se em fase de contratação de consultoria especializada que será responsável por apoiar a avaliação dos impactos regulatórios, tributários, contábeis, operacionais e tecnológicos, bem como pela implementação das adaptações necessárias em seus sistemas e processos.

A Administração continuará acompanhando a evolução da regulamentação, e demais normas complementares expedidas pelas autoridades competentes, avaliando tempestivamente seus potenciais impactos sobre as demonstrações financeiras e os processos operacionais do Banco.

23 Outras Receitas e Despesas

23.1 Outras Receitas/Despesas Operacionais

Outras receitas operacionais	2º Trl 2026	01.01 até 30.06.2026	2º Trl 2025	01.01 até 30.06.2025
Recuperação de encargos e despesas	302	483	192	308
Rev. da provisão férias, 13º salário e Lic. Prêmio	-	2.058	5.013	13.124
Reversão de provisões passivas	2.573	6.664	9.778	11.618
Atualização de valores ativos	5	10	6	11
Atualização de depósitos judiciais	2.298	4.527	2.138	4.273
Variação cambial e diferença de taxas	20	3.024	5.367	11.796
Créd. oriundos de decisões transit. em julgado	-	-	293	658
Outros	5.067	5.208	3.693	6.182
Total	10.265	21.974	26.480	47.968

* Provisões de contingências judiciais (cível, trabalhista e tributária).

Outras despesas operacionais	2º Trl 2026	01.01 até 30.06.2026	2º Trl 2025	01.01 até 30.06.2025
Serv. associados a transações de pagamento	(856)	(1.754)	(884)	(1.740)
Desc. concedidos em renegociações	(1.275)	(2.696)	(310)	(623)
Variação cambial e diferença de taxas	(16)	(28)	(118)	(238)
Extorno de rendas	(1)	(792)	-	(9)
Provisões passivas	(3.982)	(5.497)	(5.963)	(11.314)
Ações cíveis	(3.542)	(5.562)	(1.519)	(2.379)
Outras ações	-	(2.311)	(2.375)	(2.375)
FCVS - Ajuste Rap/Refin	(1.528)	(3.682)	(3.720)	(5.128)
Licença Prêmio	1.029	(516)	(2.587)	(6.996)
Outros	(381)	(1.042)	(363)	(735)
Total	(10.552)	(23.858)	(17.539)	(31.538)

23.2 Outras Receitas e Despesas

Outras receitas e despesas	2º Tri 2026	01.01 até 30.06.2026	2º Tri 2025	01.01 até 30.06.2025
Insubstâncias passivas	10	11	1.759	1.770
Superveniências ativas	4.489	4.489	617	643
Recuperação de fraudes externas, cartões de crédito e eletrônica e documental	4	5	-	29
Outras receitas	75	146	177	194
Insubstâncias ativas	(4)	(5)	(2.440)	(2.451)
Superveniências passivas	(4)	(4)	(1.110)	(1.110)
Fraudes externas, cartão de crédito, eletrônica e documental	(155)	(929)	(170)	(283)
Prejuízo na alienação de ativo não financeiro	-	-	(108)	(108)
Erro Sistemico	-	(866)	(3)	(23)
Outras despesas	(17)	(40)	(47)	(78)
Total	4.398	2.807	(1.325)	(1.417)

23.3 Receitas de Prestação de Serviço

Receita de Prestação de Serviços	2º Tri 2026	01.01 até 30.06.2026	2º Tri 2025	01.01 até 30.06.2025
Rendas por serviços de pagamento	4.246	8.501	4.089	8.039
Rendas de adm. e transferência de fundos e programas	1.048	2.129	1.030	2.021
Rendas de cobrança	91	258	107	236
Rendas de pacotes de serviços	38.377	89.181	32.334	60.539
Rendas de serviços diferenciados	604	1.147	574	1.035
Rendas de serviços especiais	458	935	858	1.195
Rendas de convênios	838	1.594	728	1.397
Rendas de comissão de seguros e outros	9.600	18.452	8.454	12.639
Rendas de outros serviços	1.333	3.004	1.043	1.932
Total	54.595	105.302	47.017	89.633

23.4 Rendas de Tarifas Bancárias

Receita de Tarifas Bancárias	2º Tri 2026	01.01 até 30.06.2026	2º Tri 2025	01.01 até 30.06.2025
Fornecimento de 2ª via de cartão	-	3	4	5
Saque de conta depósito à vista e poupança	841	1.282	767	1.567
Transferência por meio de DOC/TED	401	781	450	876
Concessão de adiantamento e depositante	185	350	143	283
Anuidade cartão de crédito	4.336	8.681	4.181	8.372
Pacote de serviço	3.188	6.326	2.819	6.409
Fornecimento de folha de cheque	25	58	31	70
Operações de crédito	9	19	17	30
Manutenção de conta ativa	257	508	120	321
Convênios	2.490	4.794	2.464	5.390
Outras rendas	118	240	119	237
Total	11.852	23.242	11.135	22.569

23.5 Despesa de Pessoal

Despesas de pessoal	2º Trl 2026	01.01 até 30.06.2026	2º Trl 2025	01.01 até 30.06.2025
Honorários	(786)	(1.786)	(881)	(1.781)
Encargos sociais	(47.497)	(96.320)	(41.005)	(85.745)
Benefícios	(37.052)	(71.872)	(34.420)	(69.168)
Proventos	(130.628)	(264.749)	(122.801)	(249.585)
Remuneração de estagiários	(956)	(1.900)	(982)	(1.515)
Treinamento	(248)	(719)	(1.868)	(3.152)
Total	(217.067)	(437.148)	(201.957)	(410.026)

23.6 Outras Despesas Administrativas

Outras despesas administrativas	2º Trl 2026	01.01 até 30.06.2026	2º Trl 2025	01.01 até 30.06.2025
Água e energia	(3.888)	(7.565)	(4.048)	(7.731)
Aluguéis	(11.791)	(23.260)	(11.171)	(22.289)
Comunicações	(8.624)	(17.716)	(8.434)	(16.687)
Contribuições filantrópicas	(283)	(566)	(216)	(429)
Manutenção e conservação de bens	(10.670)	(21.999)	(12.690)	(23.454)
Material	(540)	(889)	(489)	(855)
Processamento de dados	(45.740)	(90.447)	(33.843)	(71.884)
Promoções e relações públicas	(5.564)	(10.543)	(4.828)	(9.017)
Propaganda e publicidade	(7.090)	(18.624)	(14.826)	(22.550)
Publicação	(36)	(80)	(116)	(1.484)
Seguro	(167)	(286)	(161)	(300)
Serviços do sistema financeiro	(9.914)	(17.353)	(8.104)	(16,451)
Serviços de terceiros	(3.773)	(5.950)	(3.440)	(5.888)
Serviços de vigilância	(24.360)	(47.620)	(22.842)	(44.840)
Serviços técnicos especializados	(3.985)	(8.166)	(4.693)	(7.391)
Transportes	(8.654)	(15.855)	(7.936)	(19.236)
Viagens	(134)	(215)	(85)	(335)
Multas aplicadas	-	-	(1.413)	(1.413)
Outras despesas administrativas	(2.532)	(5.064)	(2.214)	(4.447)
Amortização	(13.343)	(27.096)	(11.308)	(24.037)
Depreciação	(6.366)	(10.028)	(2.339)	(4.522)
Total	(167.403)	(329.362)	(154.880)	(304.140)

23.7 Despesas Tributárias

Despesas Tributárias	2º Trl 2026	01.01 até 30.06.2026	2º Trl 2025	01.01 até 30.06.2025
Outras despesas tributárias	(475)	(1.693)	(828)	(1.960)
Imposto al serviço de qualquer natureza - ISS	(3.303)	(6.409)	(2.905)	(5.569)
Contribuição ao COFINS	(28.829)	(55.339)	(24.113)	(47.530)
Contribuição ao PIS/PASEP	(4.685)	(8.993)	(3.919)	(7.724)
Total	(37.292)	(72.634)	(31.565)	(62.783)

24 Demonstrativo de Análise de Sensibilidade

Em atendimento à Resolução BCB nº 2/2020, o Banpará realizou análise de sensibilidade sobre as incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

A Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de redução nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se o CDI acumulado dos últimos 12 meses, de 14,80%, e o IPCA projetado* para os próximos 12 meses de 3,84%. Segue abaixo os efeitos esperados:

Operação - CDI	Base 30.06.2026	Cenário provável (14,80%)	Cenário possível - estresse 25% (10,50%)	Cenário remoto - estresse 50% (22,20%)
Títulos e valores mobiliários	1.403.788	(207.405)	(259.257)	(311.108)
Operação - IPCA	Base 30.06.2026	Cenário provável (3,84%)	Cenário possível - estresse 25% (4,80%)	Cenário remoto - estresse 50% (5,76%)
Provisão para contingências	58.977	(2.459)	(3.074)	(3.589)

* Referência utilizada pelo relatório de mercado FOCUS em 30/06/2026.

25. Outras informações

25.1 Resultados não recorrentes

Segundo a Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão ou estão incidentalmente relacionados com as atividades típicas da instituição e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banco, em 30 de junho de 2026, não possui eventos não recorrentes que tenham impactado no resultado.

25.2 Eventos Subsequentes

Em 29/07/2026, foi deliberado pelo pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JSCP) referente ao resultado apurado no 1º e 2º trimestres de 2026, no valor de R\$ 37.163.877,56 (trinta e sete milhões, cento e sessenta e três mil, oitocentos e setenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), equivalente a R\$ 3,903092 bruto por ação. O pagamento ocorrerá em 19 de agosto de 2026.

25.3 Processo de aprimoramento da estrutura de Governança, Controles Internos e Compliance

Com o objetivo de fortalecer sua estrutura de Governança, Controles Internos e Compliance, o Banco vem implementando iniciativas voltadas ao aprimoramento de

processos, ao fortalecimento dos mecanismos de controle e à evolução das práticas de governança. Entre as principais ações desenvolvidas, destacam-se:

- Atualização e revisão de normativos internos relacionados à governança da função conformidade, com foco no alinhamento às diretrizes institucionais e aos requisitos regulatórios aplicáveis;
- Aprimoramento do processo de monitoramento de normativos externos, bem como das avaliações de riscos de conformidade e de aderência regulatória, com foco na celeridade no acompanhamento das exposições a riscos de não conformidade e no fortalecimento dos mecanismos de orientação, monitoramento e reporte da função conformidade;
- Fortalecimento dos fluxos institucionais de interlocução com os órgãos reguladores com vistas à maior eficiência, transparência e efetividade na troca de informações e melhoria contínua das práticas relacionadas à conformidade;
- Revisão e atualização de normativos e procedimentos de PLD/FT relacionados aos processos de Conheça Seu Cliente (KYC) e Monitoramento, Seleção, Análise e Comunicação (MSAC); com foco no aprimoramento dos controles internos, da gestão de riscos e da aderência às exigências regulatórias aplicáveis;
- Monitoramento e reporte mensal às Diretorias sobre os planos de ação em atendimento;
- Elaboração do Relatório de avaliação de efetividade e Relatório de Acompanhamento dos Planos de ação de PLD-FT, com base no resultado da avaliação de efetividade e registro das recomendações das áreas de Compliance e Controles Internos;
- Formatação de Sumário Executivo para disposição dos resultados do mapeamento de controles e risco residual;
- Aplicação da nova metodologia de priorização para seleção de processos junto as atividades de mapeamento e teste de controle, baseada em score próprio, possibilitando a avaliação dos processos de maior relevância e criticidade;
- Revisão dos formulários da autoavaliação de riscos e controles, que visa avaliar os controles sob a perspectiva do gestor do processo, com previsão de aplicação no 3º trimestre de 2026.

- Por fim, implantação do novo Canal de Denúncias, modernizando o acesso e transparência no acompanhamento das manifestações.

As iniciativas implementadas reforçam o compromisso da instituição com a integridade, a gestão de riscos, a prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLD/FTP), os controles internos e a conformidade regulatória. Dessa forma, o Banco segue promovendo o aprimoramento contínuo de seus processos, fortalecendo a transparência, a segurança e a confiabilidade de suas operações.

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Diretores do
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.
Belém - PA

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias do Banco do Estado do Pará S.A. ("Banpará", "Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo nessa data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria do Banco, cuja apresentação nas informações trimestrais é requerida pelas normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de informações trimestrais – ITR. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de

Forvis Mazars Auditores Independentes
Av. Trindade, 254 -Salas 1314 a 1315 - Office Bethaville - Bethaville
CEP 08404-328
Barueri (SP) | Brasil
Tel.: (11) 3090-7085
www.forvismazars.com.br

revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Barueri, 14 de agosto de 2025.

Forvis Mazars Auditores Independentes
CRC 2 SP023701/O-8 "F" PA

Assinado por:


Douglas Souza de Oliveira
Contador CRC - 1SP191325/O-0

Parecer e Declarações

Declaração dos diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o Art. 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do período findo em 30 de junho de 2026 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Belém, 06 de agosto de 2026.

Diretoria Colegiada

Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes

Em conformidade com o Art. 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório da MAZARS Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas do período findo em 30 de junho de 2026 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, não havendo qualquer discordância.

Belém, 06 de agosto de 2026.

Diretoria Colegiada

Opinião do Comitê de Auditoria Estatutário

003/2026

O Comitê de Auditoria Estatutário do Banco do Estado do Pará S.A. (Coaud) declara que revisou o Relatório da Administração, as **Demonstrações Financeiras relativas ao 2º trimestre e 1º semestre de 2026**, incluindo-se as notas explicativas, e o Relatório emitido pela Forvis Mazars Auditores Independentes, sem ressalvas. Com base nos trabalhos desenvolvidos, informações recebidas e avaliações realizadas no período, considerando o escopo de sua atuação, o Coaud entende que as Demonstrações Financeiras Intermediárias do período mencionado foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado.

Nesse sentido, o Comitê de Auditoria Estatutário conclui que as Demonstrações Financeiras Intermediárias do 2º trimestre e as Demonstrações Financeiras do 1º semestre findo em 30 de junho de 2026 do Banpará são adequadas, emitindo opinião favorável à sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Belém (PA), 11 de agosto de 2026.

Sergio Roberto Ribeiro Maciel

Coordenador

Maria Luiza Silva Nascimento

Membro

Rosiomar Santos Pessoa

Membro

Parecer do Conselho Fiscal

005/2026

O Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S.A., no uso de suas atribuições, legais e estatutárias, declara ter examinado o Relatório da Administração e as **Demonstrações Financeiras relativas ao 2º trimestre e 1º semestre de 2026**. E, com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos recebidos no decorrer do período, e considerando, ainda, o Relatório emitido pela Forvis Mazars Auditores Independentes, sem ressalvas, e a Opinião do Comitê de Auditoria Estatutário, o Conselho Fiscal emite parecer favorável à aprovação dos referidos documentos e opina que foram elaborados adequadamente, em todos os aspectos relevantes e refletem a posição patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado.

Belém (PA), 11 de agosto de 2026.

Adler Gerciley Almeida da Silveira
Presidente

José Pinto Marinho
Membro Efetivo

René de Oliveira e Sousa Júnior
Membro Efetivo

Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Colegiada	Comitê de Auditoria Estatutário
Genyze Pires de Amorim Presidente	Adlar Gercilay Almeida da Silveira Presidente	Ruth Pimentel Mello Diretora-Presidente	Sergio Roberto Ribeiro Maciel Coordenador
Ruth Pimentel Melo Membro	José Pinto Marinho Membro Efetivo	Ana Catarina Tavares Sica Diretora	Maria Luiza Silva Nascimento Membro
Lucy Alvares Analise Membro	Renê de Oliveira e Sousa Junior Membro Efetivo	Eugênio Luis de Sousa Pessoa Diretor	Rosiomar Santos Pessoa Membro
Igor Barbosa Gonçalves Membro	Leila Mara Lopes Barata Membro Suplente	Thiago Jayme Sousa Diretor	
Jorge Wilson Campos e Silva Antunes Membro		Igor Barbosa Gonçalves Diretor	
Raimundo Benedito Pinheiro Membro		Elias Thiago Gonçalves Lima Diretor	
Sérgio Roberto Ribeiro Maciel Membro			

Luciane Pantoja Melo
Contadora CRC (PA) nº 14.838/O